



Resenha: livro Marxismo, Direito e Relações Internacionais..... 2

Etiene Villela Marroni

Introdução: encontros entre o Marxismo e as Relações Internacionais..... 4

Caio Bugiato

Contribuições do debate mandel-poulantzas ao estudo da integração regional: um contraponto às interpretações liberais..... 9

Contributions from the mandel-poulantzas debate to the study of regional integration: a counterpoint to liberal interpretations
Contribuciones del debate mandel-poulantzas al estudio de la integración regional: un contrapunto a las interpretaciones liberales

Kayque Ferraz

Imperialidade: uma breve crítica..... 22

Imperiality: a brief critique
Imperialidad: una breve crítica

Rodrigo de Paula Abi-Ramia

A teoria da dependência nos estudos de paz e de defesa 31

Dependency theory in peace and defense studies
La teoría de la dependencia en los estudios de paz y defensa

diego Lopes da Silva e Héctor Luís Saint Pierre

Diálogos com o marxismo no estudo do ativismo transnacional..... 40

Dialogues with the Marxism in the study of transnational activism
Diálogos con el marxismo en el estudio del activismo transnacional

Teresa Cristina Schneider Marques e Wesley Nogueira Gomes

Resenha: livro **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**

Etiene Villela Marroni¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p2

Recebido em: 30 de janeiro de 2021
Aprovado em: 28 de novembro de 2021

Para quem se insere em agendas de pesquisa situadas na área de Relações Internacionais, é fato que a mesma abrange análises em que convergem e se entrecruzam temas, métodos e arsenais teóricos desenvolvidos ou compartilhados por outras áreas do conhecimento. Este é o caso, por exemplo, da estreita relação entre Direito e Relações Internacionais, áreas que possuem pontos de conexão bastante evidentes – dado que a dinâmica internacional é juridicamente estruturada – mas que poucas vezes são exploradas como o tema central de uma obra.

A coletânea *Marxismo, Direito e Relações Internacionais*, publicada em 2019 e organizada conjuntamente por Maria Beatriz Oliveira da Silva e Thomaz Delgado De David vai além da superfície dessa relação interdisciplinar. Pensando nas imbricações entre a área jurídica e o estudo da dinâmica internacional, a obra propõe aos leitores interessados uma reflexão profunda e, de certa forma, necessária, em torno da contribuição da teoria marxista para uma crítica dos aspectos jurídico-internacionais que perfazem o capitalismo global.

A origem da coletânea está diretamente associada ao conjunto de atividades organizadas, desde 2014, pelo Núcleo de Direito e Marxismo (NUD-MARX) da Universidade Federal de Santa Maria

(UFSM), que tem colocado em diálogo pesquisadores que compartilham de uma perspectiva crítica sobre o Direito e áreas afins. Contribuem, com a autoria de capítulos, Alysson Leandro Mascaro, Camilo Onoda Caldas, Júlio da Silveira Moreira, José Augusto Fontoura Costa, Luiz Felipe Brandão Osório, Márcio Morais Brum, Moisés Alves Soares, Paulo G. Fagundes Visentini, Ricardo Prestes Pazello e Thomaz Delgado De David.

Ao longo de dez capítulos, os autores, todos vinculados e/ou egressos de Universidades públicas e privadas de diferentes regiões do país, demonstram que a teoria marxista é capaz de oferecer perspectivas originais e críticas diante das interações entre o direito (sobretudo o internacional) e as relações internacionais. Os capítulos escritos por Paulo G. Fagundes Visentini, Luiz Felipe Brandão Osório e Alysson Leandro Mascaro, por sua vez, merecem destaque pelos temas analisados.

Visentini abre a obra com o capítulo *Para uma concepção marxista das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico*, no qual discute, a partir de um panorama histórico das últimas décadas, o modo como a área de Relações Internacionais foi estruturada de forma que a perspectiva de análise materialista histórica (marxista)

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

tivesse sua validade negada pelos paradigmas hegemônicos (Realismo e Liberalismo).

Também voltados ao debate teórico, Osório e Mascaro, por sua vez, analisam em seus capítulos pontos de aproximação entre Direito, Direito Internacional e Relações Internacionais. Em *Marxismo e Direito Internacional: de Pachukanis a Miéville*, Osório observa como a contribuição do pensamento jurídico soviético de matriz pachukaniana foi reabilitado e atualizado a partir da obra de China Miéville, possibilitando uma melhor compreensão do sistema internacional à luz da crítica ao capitalismo.

Em um sentido semelhante e, de certa forma, complementar ao debate introduzido por Osório, em *Formas e estrutura do internacional: capitalismo, Direito Internacional e Relações Internacionais*, Mascaro observa as complexidades e contradições inerentes ao sistema internacional. Ao fazê-lo, discute a dependência estabelecida entre este e o âmbito nacional (estatal), de modo que, com vistas à reprodução do capital, ambos se relacionam, dependem um do outro, e, ao mesmo tempo, criam estruturas que se ameaçam entre si. As grandes crises do capital, como a de 1929, a do pós-Segunda Guerra Mundial e a de 2008, segundo o autor, ajudam a entender tal dinâmica.

Para além, cabe elencar, ainda, a contribuição dos demais autores em seus capítulos. Camilo Onoda Caldas e José Augusto Fontoura Costa, por exemplo, debatem o papel dos Estados nacionais na dinâmica internacional. Enquanto Caldas foca nas assimetrias existentes nas relações entre Estados nacionais, instrumentalizando a Teoria da Derivação do Estado, Fontoura Costa reflete sobre os direitos humanos a partir de uma abordagem crítica do Direito internacional.

Os capítulos de Thomaz Delgado De David, Júlio da Silva Moreira, Márcio Morais Brum, Ricardo Prestes Pazello e Moisés Alves

Soares, por sua vez, analisam, sob diferentes enquadramentos, o imperialismo na contemporaneidade. De David, por exemplo, contribui com uma reflexão sobre as teorias marxistas do imperialismo, explorando sua dimensão jurídico-internacional. Moreira, em seu capítulo, elabora uma crítica à Guerra ao Terror e às Guerras Híbridas. Pazello e Soares discutem a crise na Venezuela com base numa perspectiva pachukaniana do Direito. Brum aborda o Novo Constitucionalismo latino-americano relacionando-o ao imperialismo e seu novo padrão de acumulação.

Longe de encerrar qualquer debate, a coletânea cumpre seu objetivo e contribui para a reflexão proposta, evidenciando, por um lado, a necessidade de (re)pensar os paradigmas que guiam a área de estudos das Relações Internacionais. Por outro lado, é uma coletânea que, ao reunir grandes nomes que contribuem para a área das Relações Internacionais, reitera a interdisciplinaridade a ela inerente. Não bastasse isto, é uma obra que chama a atenção para a contribuição que a perspectiva crítica pode aportar ao estudo de determinados temas e questões relevantes do âmbito internacional.

É verdade que temas emergentes, tais como a questão ambiental, o papel de movimentos sociais transnacionais e as pautas identitárias poderiam ter sido incorporadas à obra, potencializando, ainda mais, sua contribuição crítica. A coletânea, contudo, deve ser avaliada pelos seus méritos, não pelas suas ausências. Numa conjuntura política como a que se vive, na qual a perspectiva marxista é via de regra desconsiderada, relegada a um segundo plano ou até mesmo demonizada, trata-se de uma obra que merece ser lida e divulgada.

Referência

DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, 266 p. ISBN: 978-85-519-1325-3

Introdução: encontros entre o Marxismo e as Relações Internacionais

Caio Bugiati

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p4

Inicialmente o nome pensado para este pequeno dossiê – o terceiro organizado por nós – foi *(Des)Encontros entre o Marxismo e as Relações Internacionais: exclusões, embates e inserções*. Mas a teoria e as análises marxistas na área de Relações Internacionais têm tido um desenvolvimento profícuo nos últimos anos no Brasil que os artigos apresentados aqui têm mais o sentido de encontros. Com o intuito de lastreá-los, a seguir procuramos fazer breves considerações sobre a teoria marxista e os estudos trazidos para esta publicação, deixando tais encontros para que o/a leitor/a os aprecie nos próprios artigos dos/as nossos/as autores/as.

No primeiro artigo, *As contribuições do debate Mandel-Poulantzas para o estudo da integração regional: um contraponto às interpretações liberais*, de Kayque Ferraz, o Marxismo encontra o tema da Integração Regional. No segundo, *Imperialidade: uma breve crítica*, de Rodrigo de Paula Abi-Ramia, o Marxismo dialoga com as Teorias das Relações Internacionais, particularmente (e criticamente) com a teoria decolonial. Ambos abordam uma das teorias marxistas mais pertinentes às Relações Internacionais, a teoria do imperialismo.

É comum pensar que a teoria do imperialismo está fora da obra de Marx e Engels. Porém essa constatação é parcialmente assertiva. No capítulo 14 do terceiro volume d' *O Capital* (editado por Engels), Marx (2017)

nota a importância da exportação de capital para os países periféricos como contratendência à queda tendencial da taxa de lucro. Engels no *Anti-Düring* (2015) já havia percebido a formação de monopólios a partir da concorrência capitalista, as relações entre a burguesia e o Estado e o papel organizador deste em tal formação. Comenta no prefácio de 1892 à edição alemã da *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2010) que a Inglaterra praticava um monopólio industrial sobre o mercado mundial e por causa disto o capitalismo inglês pôde fornecer ganhos a uma parcela da classe trabalhadora, mediante a luta dos sindicatos que se formavam. Contudo, o surgimento dos monopólios alemães, franceses e estadunidenses interferiu nesse monopólio inglês, o que inaugurou um período de luta de classes aguda na Inglaterra.

Neste sentido, é notável o comentário de Engels no capítulo 30 do terceiro volume d' *O Capital*:

Desde a última crise geral de 1867, ocorreram grandes mudanças. A expansão colossal dos meios de transporte – navios a vapor transatlânticos, ferrovias, telégrafos elétricos, canal de Suez – criou, pela primeira vez, de fato, o mercado mundial. Vários países industriais passaram a competir com a Inglaterra, que antes monopolizava a indústria; ao investimento do capital excedente europeu abriram-se, em todas as partes do mundo, campos infinitamente maiores e mais diversi-

ficados, permitindo que ele fosse distribuído com maior amplitude e que a super-especulação local fosse superada com mais facilidade. Por tudo isso, conseguiu-se eliminar ou enfraquecer consideravelmente a maior parte dos focos de crises e das oportunidades de formação de crises anteriores. Ao mesmo tempo, a concorrência no mercado interno recua diante de cartéis e trustes, ao mesmo tempo que é limitada no mercado externo pelas tarifas protecionistas de que lançam mão todos os grandes países industriais, com exceção da Inglaterra. Mas essas próprias tarifas protecionistas não passam de um armamento para a batalha final e geral da indústria, que deverá decidir o domínio do mercado mundial. Assim, cada um dos elementos que se opõem à repetição das velhas crises traz em si o germe de uma crise futura muito mais violenta (ENGELS, nota de rodapé 8, p. 546 em MARX, 2017b).

Estes comentários de Engels, assim como suas outras observações mencionadas, contêm elementos da teoria do imperialismo: monopólio, grande burguesia, Estado, exportação de capital, partilha do mundo e guerra. Por isso Mandel (1967) afirma que a teoria do imperialismo de Lenin decorre das observações do amigo de Marx.

Assim a teoria marxista do imperialismo começou a ser desenvolvida após a morte dos fundadores do socialismo moderno. A teoria do imperialismo investiga, em geral, os processos de acumulação de capital em escala mundial, na chamada fase do capitalismo monopolista. Isto é, quando as empresas capitalistas que antes concorriam em relativa igualdade em busca de lucros (capitalismo concorrencial) dão lugar a grandes conglomerados empresariais (monopólio/ capitalismo monopolista) os quais controlam setores variados da economia nacional e internacional e interferem diretamente no Estado. A teoria do imperialismo investiga, de modo específico, a localização e a dinâmica do

fenômeno no contexto da divisão política do mundo em países centrais e periféricos. Tal dinâmica consiste na acumulação e exportação de capital dos Estados capitalistas centrais e suas burguesias para outros países centrais e periféricos, o que implica em exploração econômica e conflitos políticos (podemos falar também em subordinação ideológica). Acumulação e exportação de capital formam a base do alastramento e da manutenção do modo de produção capitalista pelo mundo e da formação da divisão política do capitalismo global em centro e periferia. A luta política, sobretudo das classes dominantes de diferentes Estados, para implementar um desenvolvimento autônomo do capitalismo em espaços nacionais é igualmente decisiva para inserção internacional do país, uma vez que o imperialismo é uma relação de força. Nesse sentido, a teoria do imperialismo constata que a relação entre centro e periferias é de exploração e subordinação, porém admite – em suas diferentes variantes no interior do Marxismo – que as grandes potências capitalistas podem manter relações de cooperação ou conflito, o qual pode ser o prelúdio da guerra.

Uma síntese não exaustiva dos debates marxistas sobre o imperialismo pode ser organizada em três momentos diferentes e sucessivos. As teorias pioneiras, à época da I Guerra Mundial, estão em Vladimir Lenin (1982), Nicolai Bukharin (1986), Karl Kautsky (2008) e Rosa Luxemburgo (1985). Teorias do pós-II Guerra Mundial estão em Harry Magdoff (1972; 1979), Ernest Mandel, (1967; 2009; 1982) e Nicos Poulantzas (1974; 1978). Teorias contemporâneas estão em Harvey (2004), Callinicos (2009), Panitch e Gindin (2012) e Wood (2014). Neste dossiê, Ferraz se vale do segundo debate para se contrapor às teorias liberais de integração regional e para fornecer

novas ferramentas teóricas. Abi-Ramia se vale do primeiro para criticar o conceito de imperialidade de Luciana Ballestrin e se propõe a aproximar os estudos sobre imperialismo e colonialidade para explicar as relações internacionais contemporâneas.

No terceiro artigo, *A teoria da dependência nos Estudos de Paz e Defesa*, de **Diego Lopes da Silva e Héctor Luís Saint-Pierre**, o Marxismo encontra os estudos de Segurança Internacional. Os autores destacam o subutilizado emprego das Teorias de Dependência nos Estudos de Paz e Defesa e fornecem um novo enquadramento conceitual ao estudo da militarização na América Latina.

Assim como na teoria do imperialismo, Marx e Engels deixaram seu legado para as Teorias Marxistas da Dependência. Em seus textos sobre o colonialismo, por exemplo, Marx e Engels (1981) entendem que a extração de riqueza das colônias é um processo que torna tais áreas empobrecidas e dificulta um desenvolvimento autônomo do capitalismo. Com esta e outras inspirações, as Teorias Marxistas da Dependência (em intenso diálogo com a teoria do imperialismo) tratam do desenvolvimento socioeconômico e político do capitalismo na periferia do sistema internacional como um processo condicionado por forças estrangeiras. Em geral o problema apontado é a extração da riqueza/excedente de países periféricos pelos países centrais, levando ao empobrecimento daqueles e impedindo-os de atingirem os padrões de desenvolvimento capitalista destes. Historicamente, o colonialismo teve um papel intenso nesse processo, assim como tem atualmente o imperialismo. Fundamentalmente, a dependência não é considerada uma fase transitória pela qual os países têm de passar, mas sim como uma condição estrutural no desenvolvimento desigual do capitalismo global.

Os mecanismos de extração de riqueza são variados, como troca comercial desigual, remessas de lucros ao exterior, pagamentos de serviços de dívida, fuga de capitais, entre outros. Entretanto, destacamos aqui que estruturas sociais peculiares se estabelecem na periferia, notadamente a formação de uma fração da burguesia que está associada a forças estrangeiras. Chamada por vezes de burguesia entreguista, essa fração da classe dominante se mobiliza e se organiza para atender interesses estrangeiros em detrimento da população espoliada, obtendo inclusive parcela da extração de riqueza que lhe permite estar enquadrada como burguesia. A existência e a força dessa fração são determinantes para o desenvolvimento autônomo do capitalismo em um país. Isso significa que quanto maior a sua força em um Estado nacional, mais intensas são as relações de dependência. Por outro lado, sua fraqueza pode ser reflexo de certo grau de desenvolvimento autônomo do capitalismo em um país, liderado por frações da burguesia nacional, coalizões de classe nacionais ou forças estatais, e de inserção internacional relativamente independente do Estado. Desenvolvimento e inserção que provocam atritos com as potências capitalista, sem, contudo, quebrar a estrutura global de dependência. Esta perspectiva de redefinição dos laços de dependência está ligada às teses de Cardoso e Faletto (2004), que admitem que a dependência comporta desenvolvimento.

Já eliminação dessa fração burguesa pode estar relacionada a um amplo processo de mudança econômica e política radical com vistas a superação do capitalismo, destruindo assim as relações de dependência. Esta perspectiva, segundo a qual os laços de dependência só podem ser rompidos de maneira revolucionária, está ligada às teses de Marini (1969).

Os autores do artigo se utilizam destas teorias para apresentar um rico conjunto de ideias sobre os Estudos de Paz e Defesa com olhar sobre a periferia do capitalismo global. Argumentam que a condição de dependência nos Estados periféricos se dá igualmente em seus aparatos militares subordinados aos Estados centrais. Condição que apresenta chances escassas de garantir autossuficiência na produção de armamentos e autônoma de decisão política. E propõe um programa de pesquisa que questione a militarização dependente e aponte para autonomia militar e política na periferia.

O quarto e último artigo, *Diálogos entre o marxismo e a teoria do confronto político nos estudos do ativismo transnacional*, de **Teresa Cristina Schneider e Wesley Nogueira Gomes**, traz à tona uma temática “mais tipicamente marxista” e pouco desenvolvida nos seus encontros com as Relações Internacionais, o internacionalismo proletário.

Diferentemente das teorias do imperialismo e da dependência, que estão em estágio embrionário na obra de Marx e Engels, o internacionalismo proletário aparece mais desenvolvido e permeia seus escritos e suas atividades políticas. Marx e Engels releeram a ideia de fraternidade universal da Revolução Francesa com perspectiva de classe. No artigo *The festival of nations in London*, publicado no periódico *The Northern Star*, Engels (1845) critica a fraternidade burguesa entre as nações, para ele tão ridícula “como as frases sobre a união das nações sob a égide do livre comércio universal” (ENGELS, 1845, s/p. Tradução nossa). E acrescenta que a fraternização universal é obra do proletariado, os únicos que de fato são realmente capazes realiza-la, “pois a burguesia de cada país tem seus próprios interesses específicos, e como esses interesses são os mais importantes

para ela, ela nunca pode transcender a nacionalidade” (ENGELS, 1845, s/p. Tradução nossa). Então Engels desfere:

Mas os proletários em todos os países têm um e o mesmo interesse, um e o mesmo inimigo, e uma e a mesma luta. A grande massa de proletários está, por sua própria natureza, livre de preconceitos nacionais e toda sua disposição e movimento é essencialmente humanitária, antinacionalista. Somente os proletários podem destruir a nacionalidade, somente o despertar do proletariado pode provocar a confraternização entre as diferentes nações (ENGELS, 1845, s/p. Tradução nossa)

Solidariedade, organização, articulação e mobilização entre trabalhadores/as de diferentes países para luta revolucionária que supere o capitalismo em âmbito mundial, esta é a mensagem de Engels nesta passagem (e no artigo como um todo). Marx complementa ao escrever que as condições comuns dos proletários são mais que projeto de cooperação entre fronteiras, são projetos que podem provocar uma grande revolução social que se apropriará das grandes realizações da época burguesa, o mercado mundial e as modernas forças produtivas (MARX, 1853, s/p.)

A mensagem de Engels e o complemento de Marx reverberam nos documentos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT ou I Internacional) e no *Manifesto comunista*. Naqueles Marx registrou que a I Internacional servia para “proporcionar um meio central de comunicação e cooperação entre as sociedades de trabalhadores existentes em diferentes países e visando o mesmo fim: a proteção, o avanço e a completa emancipação das classes trabalhadoras” (MARX, 1871, s/p.). Neste, é conhecida a menção, de reconhecimento da importância das lutas nacionais dos/das trabalhadores/as. É a forma que a luta assume em um primeiro momento, de acerto de contas com sua própria

burguesia e conquista do poder político (Estado). O que não está em oposição com sua essência, a luta internacionalista. Afinal, o proletariado não tem pátria, não tem nada a perder a não ser seus grilhões (MARX; ENGELS, 2010).

Para a autora e o autor do artigo o internacionalismo proletário, que avança em teorização e prática com Rosa Luxemburgo e Lenin por exemplo (e outros mais contemporâneos), encontra ressonâncias na Teoria do Conflito Político. Procuram estabelecer um diálogo entre a dimensão transnacional da luta revolucionária com o ativismo transnacional contemporâneo, indicando a importância de compreender a dinâmica do capitalismo como parte da conjuntura que interfere nos padrões de protestos transfronteiriços.

REFERÊNCIAS

- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1986.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. Para a história da liga dos comunistas. **Obras Escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscou: Editorial "Avante!"/Edições Progresso, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1885/10/08.htm>. Acesso em maio de 2022.
- ENGELS, Friedrich. The festival of nations in London. **Marx and Engels Collected Works**, volume 6. Publicado em The Northern Star, 1845. Disponível em www.marxists.org (<https://marxists.architexturez.net/archive/marx/works/1845/12/01.htm>). Acesso em maio de 2022.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. **Revista História e luta de classes**, ano 4, edição nº5, 2008.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo. Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo, Nova Cultural (Os economistas), 1985.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.
- MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MANDEL, Ernest. **Europe vs. America**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- MANDEL, Ernest. International Capitalism and "Supra-Nationality". **Socialist Register**, 4, pp. 27-41, 1967
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.
- MANDEL, Ernest. The laws of uneven development. **New Left Review**, n. 59, 1970.
- MANDEL, Ernest. **Two essays on imperialism**. New York: Young Socialist Alliance, 1966. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mandel/1955/08/imp-crit.html>. Acesso em maio de 2022.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. Mexico, DF: Siglo Veintiuno, 1969.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Acerda del colonialismo**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. General Rules of the International Working Men's Association. Marx & Engels **Internet Archive (marxists.org)**. Publicado em 1871. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/10/27b.htm>. Acesso em maio de 2022.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. The Future Results of British Rule in India. **Marx and Engels Collected Works**, volume 12. Publicado no The New York Daily Tribune em 1853. Disponível em: <http://dcac.du.ac.in/documents/E-Resource/2020/Metrial/422Aa-kanshaNatani2.pdf>. Acesso em maio de 2022.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of american empire**. London: Verso, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. Internationalization of Capitalist Relations and the Nation-State. **Economy and Society**, 3, 2, pp. 145-79, 1974.
- WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.



Contribuições do debate mandel-poulantzas ao estudo da integração regional: um contraponto às interpretações liberais

Contributions from the mandel-poulantzas debate to the study of regional integration: a counterpoint to liberal interpretations

Contribuciones del debate mandel-poulantzas al estudio de la integración regional: un contrapunto a las interpretaciones liberales

Kayque Ferraz¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p9

Recebido em: 28 de janeiro de 2021
Aprovado em: 13 de setembro de 2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que as contribuições teóricas do marxismo também são ferramentas importantes à análise de um dos objetos das Relações Internacionais: a integração regional. Para tanto, resgatamos o debate acerca da integração europeia entre Ernest Mandel (1967) e Nicos Poulantzas (1978) e o contrapomos ao debate liberal. Palavras-chave: Marxismo. Relações Internacionais. Integração regional.

ABSTRACT

The aim of this paper is to show that the Marxists theoretical contributions are also important tools for the analysis of an International Relations' object: the regional integration. For this purpose, we retrieved the debate about European integration between Ernest Mandel (1967) and Nicos Poulantzas (1978) and we opposed it to the liberal debate.

Keywords: Marxism. International Relations. Regional integration.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es mostrar que los aportes teóricos del marxismo son también herramientas importantes para el análisis de un objeto de las Relaciones Internacionales: la integración regional. Para ello, rescatamos el debate sobre la integración europea entre Ernest Mandel (1967) y Nicos Poulantzas (1978) y lo oponemos al debate liberal. Palabras clave: Marxismo. Relaciones Internacionales. Integración regional.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (PPGPRI-UFABC).
E-mail: kayquecosta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

É comum encontrar na literatura que o marxismo não é uma teoria de análise das relações internacionais. Contudo, é uma perspectiva que traz contribuições importantes à compreensão dos fenômenos externos (VIGEVANI et al, 2011). O materialismo histórico é uma abordagem que, ao reunir os estudos da economia política, da filosofia e do socialismo utópico, contribui cientificamente para a análise das lutas e conflitos de classes no modo de produção capitalista.

O marxismo apresenta diversos conceitos e explicações capazes de problematizar os atores centrais das relações internacionais, seus processos e instituições e mostrar que as críticas que o rotulam como uma teoria economicista ou insuficiente são superficiais e desconhecem a diversidade de seu arcabouço (BUGIATO; GARCIA; RAMOS, 2018). Aqui, nosso propósito é evidenciar que o marxismo pode sim contribuir com ferramentas teóricas aos estudos de relações internacionais.

Nosso propósito é resgatar um debate marxista e evidenciar que, mesmo de fora do campo teórico das Relações Internacionais (RI), há uma pluralidade interna e reflexões que contribuem para as discussões da área. Desta forma, retomamos as construções teóricas marxistas acerca da integração regional. Entendemos que o debate entre Ernest Mandel (1967) e Nicos Poulantzas (1978), centrado no processo de integração europeu, trouxe elementos teóricos importantes aos estudos da integração.

Buscamos mostrar que o debate marxista contribui, tanto quanto o debate das RI, para a interpretação acerca da integração regional. Tendo isso em vista, apresentamos na primeira parte duas perspectivas liberais oriundas do

campo das RI: o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo liberal. Representadas, respectivamente, pelos autores Ernst Haas (2004) e Andrew Moravcsik (1993), autores e correntes seminais para o debate da integração europeia. Na sequência, como já anunciado, apresentamos o debate teórico marxista entre Mandel (1967) e Poulantzas (1978).

É preciso sinalizar, contudo, que esses debates estão restritos a um período histórico específico. As discussões foram feitas entre as décadas de 1960 e 1970 e, portanto, não abarcam elementos que hoje são observáveis na União Europeia, por exemplo. O período em questão trata-se do início da integração europeia, com foco no pós-Segunda Guerra. Entretanto, a restrição temporal não diminui a aplicabilidade dessas contribuições teórica aos estudos atuais da integração regional em diferentes regiões, como mostram diversas pesquisas².

Nosso foco é apresentar os conceitos centrais dos debates entre liberais e entre marxistas³, explorando suas divergências e convergências teóricas acerca da integração europeia.

DEBATE TEÓRICO SOBRE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Neofuncionalismo versus Intergovernamentalismo Liberal

O neofuncionalismo tem como base o pensamento funcionalista desenvolvido por David Mitrany, que versa sobre a cooperação funcional entre os Estados por meio de uma

2 Ver MEDEIROS (2002), MOURA (2012), MALAMUD, DRI (2013), ONUKI, OLIVEIRA (2006), LIMA (2013), BERRINGER (2015, 2017), MARTUSCELLI (2018), GRANATO (2020), FERRAZ, (2021), entre outros.

3 Para um debate entre o marxismo e a teoria realista das RI, ver BERRINGER (2011).

organização supranacional, alcançada através de uma interdependência marcada, prioritariamente, pelo aspecto tecnocrático (PANCERI, 2012, p.46-50).

As críticas internas e externas ao funcionalismo conduziram a uma reformulação da teoria. Neste sentido, o neofuncionalismo é apresentado como corrente teórica com bases funcionalistas⁴, mas aglutina outros elementos à sua proposta. Há a ênfase, assim como no funcionalismo, nos mecanismos tecnocráticos de tomada de decisão, nas mudanças incrementais e no processo de aprendizado. Por outro lado, é dada importância à influência autônoma das instituições supranacionais, aos interesses organizados e às ações das elites (NIEMANN; SCHMITTER, 2009, p.46).

Como teoria interpretativa da integração, o neofuncionalismo traz contribuições de diversos autores, dentre os quais destacam-se Leon Lindberd e Ernest Haas. Aqui, nos restringiremos à apresentação dos escritos de Haas, por ser primeiro a teorizar a proposta, que tem como obra expoente o livro *The Uniting of Europe* (2004 [1958]). No livro, o autor desenvolve os conceitos-chaves à análise do processo de integração europeu, com destaque aos conceitos de comunidade política, lealdade, integração, *spillover*, elite e supranacionalidade.

Para Ernest Haas (2004, p.4), o Estado nacional deve ser visto como uma comunidade política que exige uma inquestionável lealdade de seus cidadãos, ao mesmo tempo em que não é uma unidade monolítica. Isto significa que ao olhar para o Estado enquanto agente das relações internacionais, Haas identifica uma plura-

lidade interna que é unificada por meio de um sentimento de lealdade. Esta, por sua vez, surge quando uma população é leal a um conjunto de símbolos e instituições por longos períodos e torna-os parte da sua satisfação e expectativas (HAAS, 2004, p.5).

Em matéria de integração regional, o autor propõe que há uma mudança na lealdade. Os atores políticos internos aos Estados direcionam sua lealdade a um novo centro político constituído por uma “estrutura institucional transnacional” a partir da unificação de grupos entre as antigas fronteiras (HAAS, 2004, p.14). Isto é, há um processo de diminuição das lealdades em relação aos governos nacionais separadamente (HAAS, 2004, p.14). Destarte, a integração política é entendida como um

processo pelo qual os atores políticos em vários cenários nacionais distintos são persuadidos a mudar suas lealdades, expectativas e atividades políticas em direção a um novo centro, cujas instituições possuem ou exigem jurisdição *sobre* o estado nacional pré-existente (HAAS, 2004, p.16, grifo nosso)⁵.

A supranacionalidade é um elemento que surge com o aprofundamento do processo de integração. Como resultado da integração política, tem-se “uma nova comunidade política, sobreposta *sobre* as pré-existentes” (HAAS, 2004, p.16, grifo nosso). Isto significa que a integração europeia leva, em última instância, à supranacionalização. Esse aspecto supranacional está vinculado às seguintes instituições: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEa) e Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Haas faz um paralelo, então, entre as federações e as organizações internacionais. Apesar de ambas serem construídas por Estados,

⁴ Não aprofundaremos nossas observações nas bases teóricas da corrente. Porém, é válido citar que Niemann e Schmitter (2009, p.45) apontam que as raízes do neofuncionalismo podem ser encontradas na junção entre o funcionalismo, o federalismo e as teorias da comunicação.

⁵ Todas as citações diretas de Haas (2004) são traduções nossas.

elas têm diferenças importantes em termos de sujeitos, escopo, métodos de tomada decisão, independência dos tomadores de decisão etc. (HAAS, 2004, p.34-38). Nesta chave, o autor analisa que na CECA, por exemplo, há a divisão de poderes (central e local) e os

Estados membros cederam sua habilidade – atual ou potencial – de controlar a produção, os preços, o marketing e a distribuição de carvão e aço, assim como as formas de organização adotadas pelas empresas engajadas nessas atividades (HAAS, 2004, p.58).

Entretanto, “claramente ainda *não* cederam sua habilidade de controle das condições econômicas sob as quais o carvão e o aço são produzidos e vendidos: política monetária, fiscal, econômica externa [...]” (HAAS, 2004, p.58, grifo do autor). Em resumo, o poder local ainda define as bases das políticas da CECA.

A questão da supranacionalidade também pode ser observada na atuação dos agentes. Haas destaca a constante e forte atuação dos grupos políticos internos e das elites. Para ele, as elites são formadas pelos líderes dos grupos políticos que participam ativamente das tomadas de decisão dos governos como *policy-makers*, lobistas ou porta-vozes dos partidos, e têm grande poder de manipulação sobre o processo de integração europeia (HAAS, 2004, p.17). Assim, a CECA, por exemplo, foi entendida como o resultado de convergências tanto *entre* Estados, quanto *dentro* dos Estados (HAAS, 2004, p.286).

Outro elemento chave para o neofuncionalismo é o conceito de *spillover*⁶. É uma das principais contribuições desta teoria (TORRES; MAIOR, 2013; PANCERI, 2012; NIEMANN; SCHMITTER, 2009). A ideia geral

do *spillover* é que a lógica expansionista de alguns setores integrados leva a pressões técnicas para integração de outros setores (HAAS, 2004, p.283-317). Tamanha é a interdependência, que a integração de um deles em nível regional só é possível se houver a combinação com a integração dos demais (NIEMANN; SCHMITTER, 2009, p.49). Assim, Haas (2004, p.297) afirma que a integração do setor “gera seu próprio ímpeto em direção à extensão para toda a economia”.

Por sua vez, o intergovernamentalismo liberal (IL) tem suas bases na teoria de Stanley Hoffman. Influenciada pelo realismo, tem como ator central o Estado que busca alcançar e manter seu poder. O refinamento da teoria foi proposto por Andrew Moravcsik (1993) que reafirma o papel e a centralidade o Estado como agente das relações internacionais.

Moravcsik (1993) aponta três elementos centrais para a interpretação da integração regional. O primeiro, o comportamento racional do Estado, é um importante fator pois determina os dois seguintes: as preferências nacionais e a negociação intergovernamental (MORAVCSIK, 1993, p.480). Em princípio, há um processo de dois estágios sucessivos: os governos determinam seus interesses e depois buscam alcançá-los (MORAVCSIK, 1993, p.481).

O primeiro estágio é a formação das preferências nacionais. Moravcsik indica que neste estágio o processo de formação de preferências domésticas analisa racionalmente o potencial benéfico de uma política de coordenação, ou seja, se há ou não demanda à cooperação. No segundo estágio, as possibilidades políticas de resposta à demanda, caso haja, são definidas por meio de um processo de interação estratégica entre os Estados (MORAVCSIK, 1993, p.481).

6 Os neofuncionalistas desdobram esse conceito em outros, como por exemplo *spillaround*, *buildup*, *encapsulation* e *spillback*. Ver Schmitter (1970).

Desse modo, as preferências nacionais são frutos de um *processo* que depende do momento histórico, de qual Estado está sendo analisado e do “tema específico”⁷. Isto é, a depender do tema, a preferência do Estado pode ser outra. Não há um vínculo entre todos os temas e uma política mais geral. O Estado forma suas preferências de acordo com cada tema (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNIG, 2009, p.70).

Moravcsik (1993, p.496) aponta que a forma como as preferências são definidas garante maior ou menor margem de manobra do Estado nas negociações interestatais. Quando um Estado tem grande interesse em uma política, sua margem de manobra é reduzida e ele assume uma posição inferior na negociação. A negociação interestatal é entendida, assim, como uma busca racional dos Estados com bases em suas preferências, ou ainda, no caso da Comunidade Europeia (CE), por exemplo, ela pode ser vista como “um jogo de coordenação com distribuição de consequências” (MORAVCSIK, 1993, p.496)⁸. Esse jogo é o meio pelo qual, coletivamente, os Estados com preferências conflitantes tentam reconciliar seus interesses (MORAVCSIK, 1993, p.496).

Outro elemento importante ao IL são as instituições. Seu papel é promover “a cooperação internacional provendo um fórum de negociação [...]” (MORAVCSIK, 1993, p.508). O IL enxerga que as instituições oferecem condições necessárias à cooperação internacional duradoura (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNIG, 2009, p.72). Assim, ao garantir “maior informação e previsibilidade [as instituições] reduzem o custo da negociação e o risco de não conformidade unilateral” (MORAVCSIK, 1993, p.508).

Ao analisar a CE como uma instituição, Moravcsik (1993, p.507) afirma que o seu fortalecimento não implica no enfraquecimento do Estado, ou seja, reafirmando sua definição de instituição, o autor sublinha que a CE *ajuda* o Estado e não o suplanta ou ameaça. Há, na verdade, o fortalecimento do próprio Estado. De forma mais específica, a CE fortifica o poder dos Estados de duas formas: a) aumenta a eficiência da negociação interestatal, na medida em que, por ser um fórum de negociação, reduz os custos e possibilita maiores acordos interestatais e; b) aumenta a autonomia dos líderes políticos face a grupos sociais nacionais, ou seja, diminui os conflitos internos na medida em que os líderes políticos centralizam as escolhas racionais em si (MORAVCSIK, 1993, p.507).

Destarte, a integração é vista como “um resultado coletivo de escolhas estatais racionais interdependentes (estratégicas) e negociações intergovernamentais” (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNIG, 2009, p.72), ou ainda, como um jogo de dois níveis (MORAVCSIK, 1993), no qual o nível doméstico responde à demanda por integração e configura suas preferências, enquanto o nível internacional estabelece o fórum específico para a discussão da oferta da integração com bases nas preferências.

Em resumo, três são os estágios do processo de integração regional apontados pelo IL: a) formação de preferências; b) barganha interestatal e; c) consolidação das instituições (MORAVCSIK, 1993; MORAVCSIK; SCHIMMELFENNIG, 2009). O Estado é o ator central desse jogo de dois níveis. Em âmbito doméstico, acolhe as escolhas racionais dos líderes políticos e configura das preferências nacionais. Em âmbito internacional, negocia com os demais Estados os moldes da integração. As instituições, por sua vez, têm o papel de auxi-

7 Em inglês, “*issue-specific*”.

8 Todas as citações diretas de Moravcsik (1993) são traduções nossas.

liar o Estado nesse processo, e não têm poder para enfraquecê-lo.

Como é possível observar, o neofuncionalismo e o IL interpretam o fenômeno da integração regional de maneiras distintas. Por isso, entendemos que cabe aqui pontuar os elementos de maior discordância entre as duas propostas teóricas.

Primeiro, o *spillover* neofuncionalista, conceito que sustenta a lógica da expansão da integração de um setor a outro (HAAS, 2004, p.283-317), é contraposto pelo processo de formação de preferência do IL. Essa divergência pode ser observada da seguinte forma: para Haas (2004), o caráter supranacional das instituições permite que os acordos internacionais sejam liderados por elas mesmas, ou seja, a integração materializada em uma instituição leva a mais integração proposta pela própria instituição. Para Moravcsik (1993), por sua vez, a integração é fruto de um processo de convergência de preferências, isto é, as instituições são o resultado de preferências comuns (que podem mudar ao longo do tempo) e estas não têm poder para ampliar a integração por si só e restringem-se a fóruns de facilitação e diminuição de incertezas entre Estados.

Segundo, a supranacionalidade é um ponto de atrito entre as abordagens. Para Haas (2004), as instituições têm um caráter supranacional, na medida em que são frutos de mudanças de lealdade e formam um novo centro de atividade política sobre os Estados. Do outro lado, para o IL, as instituições possuem um caráter intergovernamental, são oriundas de um processo de convergências de preferências, servem como locais de coordenação política (MORAVCSIK, 1993) e possuem poderes delegados para garantir a exequibilidade dos compromissos (TORRES; MAIOR, 2013, p.106).

Porém, não têm poder supranacional capaz de suplantar o Estado ou direcionar o processo de integração. Pelo contrário, as instituições asseguram a sobrevivência do Estado (MORAVCSIK; SHIMMELFENNIG, 2009, p.84).

O terceiro ponto são os agentes internos. O neofuncionalismo sublinha que os grupos políticos internos e as elites participam ativamente da tomada de decisão e manipulam o processo de integração regional (HAAS, 2004, p.17). Já o IL entende que os líderes nacionais têm autonomia nas escolhas racionais do processo de formação de preferências, porém as decisões do Estado não dependem deles e, salvo raras exceções, eles não detêm nenhuma informação ou expertise que o Estado não tenha (MORAVCSIK; SHIMMELFENNIG, 2009, p.71). Desta forma, o Estado é o ator unitário das relações internacionais e ele próprio é quem dirige o processo de integração regional.

Marxismo de Mandel versus Marxismo Poulantziaco

Agora chegamos ao debate marxista sobre a integração europeia. Como apontado anteriormente, entendemos que o diálogo entre Ernest Mandel e Nicos Poulantzas pode trazer elementos importantes ao estudo da integração regional, tanto quanto as contribuições das teorias de RI. O debate teórico entre os dois autores gira em torno da presença do capital americano na Europa no pós-II Guerra Mundial, em um momento de elevação da exportação de capital americano à Europa.

Mandel e Poulantzas buscam interpretar as relações entre as metrópoles imperialistas europeias e esse capital americano. As discussões aconteceram entre as décadas de 1960 e 1970 e versaram sobre a CEE ou Mercado Comum

Europeu (MCE) que, à época, era composto por seis Estados: Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

Para Mandel (1982, p. 219-223), havia em curso um processo de centralização do capital, oriundo do processo anterior de concentração do capital. Na fase imperialista do capitalismo, a concentração tornou-se cada vez mais internacionalizada, dada a crescente tendência de expansão internacional do capital, e a competição, cada vez mais acirrada. A concentração de capital assumiu, então, a forma de centralização internacional e colocou os monopólios imperialistas nacionais como forças antagônicas. Neste período, “a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa do grande capital” (MANDEL, 1982, p.223) e a centralização internacional iniciou quando essas empresas passaram a absorver empresas locais em vários países (MANDEL, 1982, p.228).

Nesse contexto, no MCE, a concentração de capital acontecia sob três formatos: 1) a fusão de empresas nacionais; 2) a fusão – ou, na maioria dos casos, a absorção – de empresas nacionais por grandes companhias americanas e; 3) a fusão de empresas nacionais de vários países em diversas unidades nas quais o capital encontrava-se disperso em dois, três ou mais Estados da Europa (MANDEL, 1967, p.28-29).

O argumento central é que o capital europeu respondeu à emergência do capital americano intensificando o processo de competição imperialista (MANDEL, 1967, p.29). Contudo, salienta Mandel, a derrota do capital europeu era evidente. Não poderia, logo, manter um movimento financeiro e industrial de resistência com bases nacionais; era preciso estabelecer uma resposta com base na interpenetração internacional de capitais europeus (MANDEL, 1967, p.29).

Para Mandel (1982, p.225), “na Europa, a capacidade das empresas “nacionais” isoladas resistirem à concorrência de suas rivais norte-americanas será ameaçada de maneira crítica de (*sic*) esse entrosamento não ocorrer”. Portanto, a “fusão internacional é aqui a resposta óbvia” (MANDEL, 1967, p.30)⁹. Mandel (1967) mostra que o Estado cumpriria um papel essencial nessa interpenetração de capitais europeus.

Ao retomar o entendimento do Estado como ferramenta de poder da classe burguesa para a garantia do monopólio de lucros e contra crises econômicas, Mandel (1967, p.31) diz que, quando o capital investido no país for predominantemente nacional, o Estado é o instrumento da classe capitalista nativa. Entretanto, com o aprofundamento da interpenetração de capitais, as fábricas e os bancos mais importantes dos seis países do MCE “não eram propriedade de capitalistas nacionais ou estrangeiros, mas de uma fusão de capitalistas dos seis países” (MANDEL, 1967, p.31).

Dessa forma, a centralização do capital implicava na presença de um poder dirigente central, ou seja, requereria um “controle central de capital de diferentes origens e controles nacionais” (MANDEL, 1982, p.227). Para Mandel (1967), o Estado nacional não poderia dirigir de forma efetiva os interesses amalgamados desses capitais. Estes precisariam de políticas monetária, fiscal e econômica comuns a todos os seis países. Neste sentido, o autor argumenta que “quanto maior o crescimento da interpenetração de capital, mais forte a atração para a transferência de certos poderes dados dos estados nacionais dos seis países para as unidades supranacionais do Mercado Comum” (MANDEL, 1967, p.31).

⁹ Todas as citações diretas de Mandel (1967) são traduções nossas.

Portanto, não era possível ter um sistema de políticas comum sem um Estado comum soberano capaz de impor sua autoridade (MANDEL, 1982, p.231). Ademais, a relação entre o Estado e a centralização internacional de capitais europeus era caracterizada pela “fusão internacional de capitais sem a preponderância de nenhum grupo específico de capitalistas nacionais” (MANDEL, 1982, p. 230). Logo, com a latente necessidade de um controle sobre o processo de interpenetração de capitais, as classes capitalistas entendiam que haveria a necessidade de “certa divisão de trabalho entre um Estado federal supranacional e a atividade cultural dos Estados nacionais” (MANDEL, 1982, p.230).

Contudo, Mandel admite que o ritmo assumido pela interpenetração de capitais europeu era lento (MANDEL, 1982). Tanto as dificuldades jurídicas e organizacionais (MANDEL, 1982, p.240), quanto diferenças de posicionamento na própria Comunidade (MANDEL, 1967, p.36-37) eram empecilhos à centralização de capitais e à supranacionalização do Estado. De toda forma, essas barreiras abririam mais espaço ao capital americano e reafirmariam a necessidade do Estado supranacional (MANDEL, 1967, p.37; 1982, p.240).

Por outro lado, Poulantzas (1978) entende que a reprodução do modo de produção capitalista (MPC) possui um duplo aspecto: a reprodução dentro da formação social e a sua expansão externa. A tendência ao exterior na fase do imperialismo é marcada pela exportação de capitais em vez da simples exportação de mercadorias. Nessa fase, prevalece o caráter político (o Estado) nas relações entre metrópoles e formações sociais dependentes e dominadas (POULANTZAS, 1978, p.45). Com a consolidação da fase imperialista após a II Guerra, a

relação metrópole-formação dominada sofreu modificações. O MPC passou a dominar essas formações não mais do “exterior”, “*mas estabelece sua dominância direta em seu próprio seio*” (POULANTZAS, 1978, p.49, grifo do autor).

Seis são as características dominantes desse período, segundo Poulantzas (1978, p. 54-58), que ajudam a entender a CEE:

1. houve o crescimento proporcional do volume de investimentos do capital americano;
2. as formações periféricas deixaram de ser o local para onde o capital americano se destinava e a Europa passou a ser o local preferido;
3. a crescente predominância dos investimentos diretos sobre os investimentos em carteira;
4. uma parte crescente dos investimentos americanos era direcionada às indústrias da transformação (ao capital produtivo);
5. os investimentos americanos na Europa estavam nos setores que apresentavam maior expansão e maior avanço tecnológico, ou seja, setores com alta produtividade;
6. “a exportação dos capitais e a hegemonia do capital americano referem-se, aliás, igualmente à centralização do capital-dinheiro, aos grandes bancos e aos *holdings* propriamente financeira” (POULANTZAS, 1978, p.57, grifos do autor).

Poulantzas (1978, p.71-72) apresenta esses pontos para evidenciar a dependência europeia do capital americano, sendo este bem-sucedido ao estabelecer sua dominação sobre diversos setores através de um ramo e ao impor ao capital produtivo europeu uma reestruturação interna de acordo com a reprodução ampliada do próprio capital americano. A concentração interior de capitais europeus, como alternativa de resistência à penetração americana, não

tinha resultado efetivo. Pelo contrário, os lançaria aos “braços do capital americano” (POULANTZAS, 1978, p.72).

Além disso, para Poulantzas (1978), o Estado não é uma instituição ou aparelho com poder próprio. O poder por ele expresso é o poder de classes. Desta forma, para entender a Europa, a pergunta a ser feita é: qual a relação entre as burguesias europeias e o capital americano? (POULANTZAS, 1978, p.75).

A internacionalização do capital afeta a atuação do Estado. Nessa fase, o Estado defende os interesses do capital dominante dentro da sua própria formação social, ou seja, é central o papel dos Estados nacionais europeus na reprodução interna do capital americano em suas respectivas formações sociais (POULANTZAS, 1978, p.78). Isso significa que o capital americano precisa do apoio dos Estados europeus para garantir seus interesses, e estes “se encarregam dos interesses do capital dominante” (POULANTZAS, 1978, p.79).

Isso posto, Poulantzas afirma que os conceitos de burguesia nacional e burguesia compradora são insuficientes à análise da realidade europeia. A primeira se refere à fração autônoma da burguesia que possui bases próprias de acumulação e ocupa um local relativamente autônomo na estrutura ideológica e política, podendo, inclusive, assumir conflitos anti-imperialistas (POULANTZAS, 1978, p.76). A segunda é a fração de classe que, “do triplo ponto de vista econômico, político e ideológico, [é] inteiramente enfeudada no capital estrangeiro”, ou seja, não possui bases próprias de acumulação e age como mera intermediária do capital imperialista estrangeiro na formação social dependente (POULANTZAS, 1978, p.76).

Assim, o autor propõe o conceito de *burguesia interna* para explicar essas relações entre

as metrópoles imperialistas europeias e o capital americano. A burguesia interna é fração burguesa intermediária entre a burguesia compradora e a nacional. Ela possui elos de dependência com o capital americano e, por outro lado, possui uma base de acumulação própria no interior da sua formação social. Isto é, apesar de ser dependente do capital americano, tem certa autonomia político-ideológica, mas não ao ponto de romper com a dependência. Ademais, é uma burguesia internacionalizada e não fechada (POULANTZAS, 1978, p.76-78).

Essas frações de classes estão politicamente articuladas em uma aliança dominante nas metrópoles imperialistas: o *bloco no poder*, que funciona “em regra geral sob a direção de uma das classes ou frações dominantes, a classe ou fração *hegemônica*” (POULANTZAS, 1978, p.99, grifo do autor). O bloco no poder é configurado de acordo com as forças nacionais que atuam naquela formação social. O capital americano é representado por algumas dessas frações, e a depender de qual fração é hegemônica no bloco, ele pode ter maior garantia de representação (POULANTZAS, 1978, p.81).

Desta forma, a intervenção do Estado nacional na reprodução da hegemonia americana depende da articulação dos setores da burguesia interna (POULANTZAS, 1978, p.80). Portanto, o autor defende que as disputas internas entre as burguesias imperialistas europeias e suas contradições com o capital americano reforçam a importância dos Estados nacionais. Para ele, a internacionalização do capital não abala os Estados nacionais, tampouco ameaçam sua existência (POULANTZAS, 1978, p.78), na verdade há o “crescimento considerável de suas funções econômicas, absolutamente indispensável à reprodução ampliada do grande capital” (POULANTZAS, 1978, p.87).

A exemplo da CEE e de outras instituições internacionais, Poulantzas entende que são reflexos da ampliação das funções do Estado. São formas de uma coordenação de políticas econômicas de vários Estados, que *não* suplantam ou superpõem os Estados nacionais (POULANTZAS, 1978, p.87). Não há “*transferência efetiva*” de funções a essas instituições, no máximo pode-se falar em “*delegação* no exercício destas funções” (POULANTZAS, 1978, p.87, grifos do autor). Por conseguinte, a integração europeia se refere a internacionalização do capital europeu, por meio da atuação dos Estados e a partir dos interesses das frações de classes.

Como é possível observar, apesar de estarem dentro da chave explicativa marxista, Mandel e Poulantzas apresentam interpretações diferentes sobre a integração europeia. Por isso, entendemos ser importante indicar os pontos centrais de discordância entre os dois autores.

Primeiro, a questão das classes. Como já dito, Poulantzas (1978) propõe um novo conceito (burguesia interna) para entender a relação de dependência entre a burguesia europeia e o capital americano. Essa fração de classe é formada por setores dependentes que, apesar de terem base de acumulação interna própria, são dependentes do capital americano. A burguesia interna, então, precisa disputar a hegemonia do bloco no poder com as demais frações de classe e a depender de qual fração conquista a hegemonia do bloco, o capital americano será mais ou menos atendido em suas demandas.

O ponto que Poulantzas frisa é que o capital americano não faz parte diretamente do bloco no poder como força social, ele tem sua presença assegurada por frações da burguesia daquela formação social. Desta forma, a disputa entre burguesias afeta a sua interiorização e representação. Como os blocos no poder dos

diferentes Estados europeus apresentam configurações diferentes, há uma “defasagem sobre o plano da hegemonia” americana nesses locais, ou seja, “as frações hegemônicas dos blocos no poder nessas metrópoles imperialistas não são necessariamente aquelas que têm mais vínculos com o capital americano¹⁰” (POULANTZAS, 1978, p.81). Como resultado, Poulantzas aponta que há uma fraca resistência dos Estados europeus ao capital americano. Isto é, a desarticulação e heterogeneidade das burguesias europeias em âmbito nacional, impede uma resistência coletiva em âmbito internacional contra a hegemonia americana.

Na contramão, Mandel (1967) aceita a existência de uma burguesia nacional que deve fazer frente à penetração do capital americano. O autor, porém, não ignora os conflitos entre os Estados europeus – como por exemplo, o caso da França-Alemanha sobre abertura ou restrição do Mercado Comum. Isso atrasa o ritmo da interpenetração de capitais europeus como resistência à hegemonia americana, mas, em um momento de crise, não seria uma barreira, pois às burguesias nacionais a supranacionalização do poder estatal é o instrumento mais adequado de resistência contra a penetração americana.

Como tese central, Mandel (1967) defende o surgimento desse Estado federal europeu. Um Estado supranacional que dirigiria os interesses dos capitais europeus amalgamados em resistência à presença americana. A crescente interpenetração de capitais europeus no Mercado Comum e a fusão de bancos e indústrias sem predomínio de capitais nacionais únicos representam a materialização da infraestrutura desse Estado supranacional (MANDEL, 1967, p.31).

10 Isso não quer dizer que o capital americano não esteja representado nesses blocos no poder (POULANTZAS, 1978, p.81).

No sentido contrário, Poulantzas (1978) argumenta que a internacionalização de capitais não enfraquece o Estado nacional, mas sim o fortalece¹¹, dadas as necessidades de reprodução no capital americano no seio das formações sociais daqueles Estados. Em suas palavras: “A reprodução internacional do capital sob a dominação do capital americano apóia-se (*sic.*) sobre os vetores que são os estados nacionais, tentando cada Estado fixar sobre ele um momento deste processo” (POULANTZAS, 1978, p.79). Portanto, as instituições internacionais não são a materialização de poder estatal supranacional, mas sim formas de coordenação intergovernamental entre Estados nacionais.

O núcleo da discordância entre os dois autores é o entendimento de Estado (JÄGER, [2016], p.10). Poulantzas (1978, p.83) rechaça a interpretação do Estado como um instrumento à mercê da manipulação das classes burguesas. Para ele, o Estado é um “lugar contraditório de condensação de relações de forças” (POULANTZAS, 1978, p.172). O Estado apresenta uma autonomia relativa que o permite organizar a hegemonia do capital no bloco no poder e encarregar-se dos interesses da fração hegemônica (POULANTZAS, 1978, p.171-172). E, quando o capital ultrapassa seus limites e os limites dos demais Estados, seu papel (dos Estados nacionais) é redistribuído na reprodução internacional do capital americano e pode ter como efeito “descentralizações e descolamentos no exercício dessas funções *entre seus portadores*” (POULANTZAS, 1978, p.88-89, grifo do autor).

Mandel, por sua vez, analisa do Estado como “o principal instrumento de poder da clas-

se burguesa” (MANDEL, 1967, p.30, tradução nossa)¹². As classes dominantes utilizam o Estado como ferramenta para a garantia da propriedade privada, dos lucros monopolistas e contra crises econômicas (MANDEL, 1967, p.30) em suas respectivas formações sociais. Haja vista a impossibilidade dos Estados nacionais da CEE, por exemplo, serem “o instrumento de todos os capitalistas juntos” (MANDEL, 1967, p.31, tradução nossa)¹³, emerge um Estado supranacional, que aos olhos da burguesia europeia seria “um instrumento antirrecessão mais eficiente” (MANDEL, 1967, p.33, tradução nossa)¹⁴.

Por fim, os autores divergem também quanto à atuação da classe trabalhadora. Poulantzas defende que a luta é nacional. Para ele, a classe trabalhadora ainda disputa a luta de classes contra “*suas próprias burguesias interiores e contra seus próprios Estados*” (POULANTZAS, 1978, p.94, grifo do autor) e a simples tomada do Estado não é um objetivo suficiente à superação do capitalismo. Mandel, em contrapartida, enxerga na supranacionalização do Estado, uma possibilidade de atuação da classe trabalhadora. Entende que os trabalhadores devem aproveitar a crescente tendência da internacionalização do capital, para internacionalizar também a luta de classe (MANDEL, 1967, p. 39). Mandel defende, portanto, que a interpenetração europeia deve ser vista com bons olhos, não necessariamente por ser um contraponto à presença americana, mas por direcionar os trabalhadores à formação de uma classe europeia trabalhadora que alçará a luta de classes à dimensão internacional (MANDEL, 1967, p.39).

11 Uma obra que argumenta de forma oposta à tese poulantziana de fortalecimento do Estado e engloba elementos mais recentes da globalização é o livro “Império” (2000) Michael Hardt e Antonio Negri.

12 No original: “[...] *the main instrument of power of the bourgeois class* [...]”.

13 No original: “[...] *the instrument of those capitalists taken together.*”

14 No original: “[...] *a more efficient anti-recession instrument* [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias liberais de integração oriundas do campo de RI trazem análises do processo europeu de forma a considerar o Estado como o ator central. O neofuncionalismo o entende como uma comunidade política na qual os indivíduos estão unificados por um sentimento de lealdade e os grupos políticos e elites participam das tomadas de decisão; enquanto o IL o enxerga como um ator unitário guiado por uma racionalidade, a partir da qual pode ou não agir em acordo com os grupos sociais internos.

Diferente da abordagem marxista, as teorias de RI aqui expostas não classificam esses agentes internos como classes sociais. Tanto Haas (2004), ao denominar parte deles como “elite”, quanto Moravcsik (1993), ao versar sobre “líderes políticos”, não se aproximam do entendimento de classe marxista, muito menos do debate de fracionamento de classe. Suas interpretações sobre os agentes internos, seja na condução do processo integração (neofuncionalismo), seja na formação das preferências nacionais (IL), estão mais próximas das abordagens que veem esses agentes como grupos de interesse, e não como classe sociais.

O marxismo, então, diversifica a interpretação ao trazer ao debate as classes sociais enquanto agentes que moldam as relações internacionais. Mesmo com as diferenças entre Mandel (1967), que pauta a atuação de uma burguesia nacional nos Estados europeus, e Poulantzas (1978), que propõe o surgimento da burguesia interna como nova fração de classe, ambos evidenciam a multiplicidade de elementos internos que podem influenciar diretamente no processo de integração.

Há diferenças e aproximações, contudo, quando olhamos para as instituições. Tanto o

neofuncionalismo, quanto o marxismo de Mandel enxergam uma supranacionalidade latente nas instituições internacionais de cooperação. Claro que as interpretações do processo de supranacionalização e o caráter da supranacionalidade são diferentes. O primeiro vê o processo como um constante *spillover* pelo qual as próprias instituições aprofundam a integração supranacional. E o segundo tem o processo como resultado da fusão dos capitais europeus e sublinha o caráter de resistência ao capital americano.

Já o IL defende que as instituições são locais de diálogo entre Estados para redução dos custos da negociação interestatal. Por sua vez, o marxismo poulantziano argumenta que as instituições são reflexos da ampliação das funções do Estado. Em síntese, estas duas abordagens não interpretam as instituições como materialização de uma supranacionalidade, mas sim como reforço à existência dos Estados na medida em que são dependentes destes e possibilitam uma coordenação política ou ainda uma relação intergovernamental entre eles.

As quatro propostas divergem, entretanto, sobre o núcleo da integração europeia. O neofuncionalismo analisa que a integração é produto das mudanças de lealdades e autossustentável. O IL argumenta que a causa inicial é o processo de formação de preferências nacionais e a convergência entre as preferências de vários Estados e, na sequência, a negociação interestatal. O marxismo de Mandel afirma que a integração é fruto da interpenetração de capitais europeus, dirigida pelas burguesias nacionais por meio de seu controle do Estado, e em resposta à crescente presença do capital americano. E, por fim, para Poulantzas ela é causada pela internacionalização do capital europeu, através da coordenação de políticas entre os Estados e a partir dos interesses das frações de classes hegemônicas nos diversos blocos no poder.

Para concluir, notamos que as abordagens de análise da integração regional são múltiplas. O tema é um objeto caro às RI e a área tem desenvolvido debates tanto entre teorias divergentes, quanto entre teorias com bases semelhantes. Todavia, apesar do campo teórico não reconhecer o marxismo como uma de suas abordagens, compreendemos que as discussões feitas entre Mandel e Poulantzas contribuem ao estudo desse objeto tanto quanto as teorias de base liberal das RI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba, Appris, 2015.
- BERRINGER, T. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). **Revista Oikos**. Rio de Janeiro.v.16, n.1. 2017
- BERRINGER, T. **Estado e relações internacionais: uma comparação crítica entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281712>. Acesso em 02 de agosto de 2019.
- BUGIATO, C., GARCIA, A. S., RAMOS, L. **Marxismo e Relações Internacionais: Um breve balanço. Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, 5(3), 126-134. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n3p126>. Acesso em 09 de março de 2020.
- FERRAZ, K. **Burguesias, Estado e Regionalismos: uma análise do Mercosul**. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP.
- HAAS, E. **The uniting of Europe: political, social, and economic forces, 1950-1957**. 3ª ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/100books/file/EN-H-BW-0038-The-uniting-of-Europe.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2020.
- JÄGER, A. **Visions of Europeanism in the Mandel-Poulantzas debate, 1967-1979**. [2016]
- LIMA, M. R. S. **Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. Lua Nova**. São Paulo, n.90, p.167-201. 2013.
- MALAMUD, A.; DRI, C. Spillover effects and supranational parliaments: the case of Mercosur. **Journal of Iberian and Latin American Research**. V.19, n.2, p.224-238, 2013.
- MANDEL, E. International capitalism and “supra-nationality”. **The socialist register**. p.27-41. 1967. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/download/5368/2268/>. Acesso em 03 de maio de 2020.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril, 1982
- MARTUSCELLI, D. **Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. Crítica Marxista**, n.47, p.55-73, 2018.
- MEDEIROS, M. Prerrogativas estatais e integração regional: a supranacionalidade como condição necessária à lógica distributiva. Um exercício comparativo entre a União Européia e o Mercosul. **Revista de Ciências Sociais**. Ano XV, n.20, p.10-22., 2002.
- MORAVCSIK, A. Preferences and Power in the European Community: a liberal european intergovernmentalist approach. **Journal of Common Market Studies**. V.31, N.4. p.473-524. 1993. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~amoravcs/library/preferences1.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2020.
- MORAVCSIK, A.; SCHIMMELFENNIG, F. Liberal intergovernmentalism. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (org.). **European Integration Theory**. 2ªed. Oxford University Press, 2009. P.67-87
- MOURA, A. B. Organizações internacionais de natureza supranacional e intergovernamental: o caráter híbrido da União Europeia e a Intergovernamentalidade do Mercosul. In: OLIVEIRA, O. (org.). **Organizações Internacionais e seus dilemas formais e informais**. 1 ed. Ijuí: Unijuí, v.1, p.263-316. 2012.
- NIEMANN, A.; SCHMITTER, P. Neofunctionalism. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (org.). **European Integration Theory**. 2ªed. Oxford University Press, 2009. p.45-66
- ONUKI, J.; OLIVEIRA, A.J. Eleições, Política Externa e Integração Regional. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.27, p.145-155, nov. 2006.
- PANCERI, J. **União Europeia, a evolução de seu processo e a conformação de suas teorias: uma abordagem da emergente teoria da governança de múltiplos níveis**. 2012. Dissertação (Mestrado em direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96161/302122.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 de setembro de 2020.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- SCHMITTER, P. Central American Integration: spill-over, spill-around or encapsulation? **Journal of Common Market Studies**, 1970, vol. 9, issue 1, 1-48
- TORRES, F.; MAIOR, P.V. A contribuição da teoria das relações internacionais para a explicação do processo de integração monetária europeia. **Relações Internacionais: setembro**, 39, p.101-112. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n39/n39a11.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2020.
- VIGEVANI, T.; MARTINS, A.; MIKLOS, M.; RODRIGUES, P. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**. São Paulo: 83: 111-143. 2011



Imperialidade: uma breve crítica

Imperiality: a brief critique

Imperialidad: una breve crítica

Rodrigo de Paula Abi-Ramia¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p22

Recebido em: 30 de janeiro de 2021

Aprovado em: 13 de março de 2022

Resumo

O artigo apresenta uma crítica pontual ao conceito de Imperialidade proposto por Luciana Ballestrin. Buscamos não sua desconstrução, mas a consolidação da proposta que aproxima os debates do Imperialismo e da Colonialidade e tem grande potencial para a explicação das Relações Internacionais contemporâneas.

Palavras-Chave: Imperialismo; Imperialidade; Colonialidade.

Abstract:

The article presents a specific critique on the concept of Imperiality proposed by Luciana Ballestrin. We seek not to deconstruct but to consolidate the proposal that brings together the debates of Imperialism and Coloniality and has great potential for explaining contemporary International Relations.

Key words: Imperialism; Imperiality; Coloniality.

Resumen:

El artículo presenta una crítica específica al concepto de Imperialidad propuesto por Luciana Ballestrin. Buscamos no deconstruir sino consolidar la propuesta que acerca los debates del Imperialismo y de la Colonialidad y tiene un gran potencial para explicar las Relaciones Internacionales contemporáneas.

Palabras clave: Imperialismo; Imperialidad; Colonialidad.

¹ Doutorando no programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (2018-2020) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Introdução

Enquanto o debate do imperialismo se desenvolve sobretudo no marxismo, a abordagem decolonial o critica, incluindo-o no rol das abordagens dominantes eurocêntricas. Esta teoria aponta, ainda, que a dominação de classe (preconizada pelos marxistas) é apenas uma das formas de dominação presentes na colonialidade. Em comum, ambas analisam o sistema de dominação global capitalista eurocêntrico e apresentam ferramentas interpretativas para as relações internacionais daí surgidas.

A socióloga Luciana Ballestrin (2017) é uma das autoras que percebe a necessidade de uma convergência entre conceitos presentes nos dois debates proponto um encontro na “Imperialidade²”, conceito que seria essencial para o entendimento da colonialidade. Este artigo visa realizar uma crítica a essa leitura, apresentada no artigo *Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial*. Longe de descartar a proposta, a ideia é contribuir para seu enriquecimento, por acreditarmos no potencial que esses debates têm conjuntamente.

Assim, a primeira seção dedica-se à apresentação sintética de ambos os debates e de alguns de seus conceitos chave. Na segunda parte o artigo interpõe uma crítica formulada a partir da concepção de imperialismo apresentada pela autora. Na terceira abordam-se questões relacionadas aos agentes não estatais e sua atuação na contemporaneidade e, por fim, a quarta seção dedica-se a uma crítica mais específica à leitura que faz Ballestrin do conceito de governança global, que estrutura a ideia de imperialidade. Breves considerações finais encerram o artigo.

2 O conceito não surge com a autora, mas é a sua visão que está aqui sendo debatida.

Os debates

O debate do imperialismo surge na virada do século XIX para o XX. Esta discussão demonstrava grande penetração na atuação política e popular, não se desenrolando como um debate acadêmico. Este debate “clássico” do imperialismo se deu entre nomes como John Hobson (primeiro autor a teorizar o imperialismo), Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Karl Kautsky. A leitura que se sobressai como a mais apurada ao longo da história é a de Vladimir Lênin, expoente revolucionário russo. Quando tratarmos do imperialismo em geral estaremos nos referindo à visão de Lênin.

Os autores mencionados acima abordaram o nascimento do imperialismo a partir de modificações ocorridas no capitalismo. Este surgia com a acumulação de capital pelos grandes monopólios financeiros, que subvertiam as próprias estruturas capitalistas. Na visão de Lênin, emergia não como uma política específica de uma nação ou governo, mas como fase do próprio capitalismo. A partir da dinâmica centralizadora e concentradora do capital surgiam grandes grupos monopólicos que, reunindo capitais industriais e bancários deram surgimento ao capital financeiro³, e possibilitaram sua crescente atuação internacional, agora também pela exportação de capitais. Destaca-se o início da atuação internacional do capital de outras potências além da Inglaterra. A disputa entre os monopólios encampa a disputa entre nações e fomenta as tensões interimperialistas que culminam nas duas Guerras Mundiais. Finalmen-

3 Diferente da noção difundida no senso comum de que capital financeiro é equivalente ao capital bancário, na acepção de Lênin, este seria justamente o entrelaçamento dos capitais industriais e bancários.

te, na visão de Lênin, o imperialismo seria uma fase alcançada pelos países altamente industrializados que chegam ao estágio dos monopólios e do capital financeiro, e quando o alcançam subvertem as dinâmicas do sistema capitalista que, como um todo, alcança sua fase imperialista. Este debate propõe novas abordagens das relações internacionais, já que a atuação do capital empurrava consigo os Estados a uma atuação/disputa global. Para Lênin suas principais características seriam:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [. . .]; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1917, p. 43).

A colonialidade do poder desenvolve-se como conceito a partir dos debates do Grupo Modernidade/Colonialidade em uma série de encontros que dão início ao chamado “giro decolonial” latino-americano, “termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). O primeiro destes debates se deu em 1998 e “reuniu pela primeira vez autores como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil” (BALLESTRIN, 2013 p. 97). Os autores buscaram compreender a condição subalterna da América Latina. Conforme a colonização termina, suas formas de dominação se mantêm no que os autores chamam de colonialidade do poder. A colonialidade do poder

emana formas de submissão em diferentes áreas da existência e da subjetividade humana como as colonialidades do ser e do saber. A submissão dos povos colonizados e a sustentação da colonialidade estariam baseadas nos conceitos europeus de raça (e necessariamente superioridade racial) e de modernidade. Ambos os vetores surgem com a colonização da América no intuito de uma categorização (e hierarquização) dos povos conquistados. Por sua vez, a modernidade surgiria em 1492 com a chegada à América e a subalternização do resto do mundo a partir da perspectiva racial eurocêntrica. Cria-se pela primeira vez uma história global, atrelada à história europeia, que se coloca como ápice do desenvolvimento humano. Sua superioridade “natural” estaria baseada na superioridade racial do homem branco (racional) em quem está centrada a ideia de modernidade e por isso a possibilidade justificada da exploração dos outros povos por parte dos povos europeus no intuito de modernizá-los, conforme seu modelo. A modernidade justifica assim a invasão e submissão dos povos conquistados de forma que a colonialidade surge como seu lado obscuro (BALLESTRIN, 2013; QUIJANO, 2000; 2014).

Ambos os debates buscam mapear os fundamentos da divisão do globo entre dominantes e dependentes. Enquanto o imperialismo parte da atuação do capital financeiro em fins do século XIX, os decoloniais traçam a colonização americana como marco central da dominação e buscam ainda abranger outros vetores além da dominação do capital/trabalho em que se centra o debate marxista. Acreditamos que a utilização de ambos os aparatos possibilita abranger diferentes formas de dominação no sistema internacional atual, mesmo que partam de premissas diferentes.

A concepção de Imperialismo

No esforço de aproximar estas perspectivas, Ballestrin (2017) propõe a *Imperialidade* - conceito que atribui a Slater (2011). Se a colonialidade se forma pela dominação que se mantém com o fim do colonialismo, a imperialidade seria formada pelos caracteres próprios ao imperialismo. Em suas palavras, “como o colonialismo pode ser compreendido como um resultado do imperialismo, a colonialidade deve ser compreendida como um resultado da Imperialidade, a lógica do imperialismo, na modernidade” (BALLESTRIN, 2017, p. 519, destaque nosso). A autora sugere ainda “a impossibilidade do exercício da colonialidade sem imperialidade; que essa dinâmica necessariamente relacional constitui duplamente o lado obscuro da modernidade” (BALLESTRIN, 2017, p. 524).

Sua definição de Imperialismo remete ao entendimento de Mascaro que o percebe como

uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente. A hierarquização é construída e mantida de modo material, por meio das relações sociais práticas e concretas de poder que articulam a economia, a política, a sociedade e a hegemonia tanto dos espaços dominantes quanto dos espaços dominados. Sua constante alimentação econômica é a tendência expansiva do capital, que, embora atrelado a formas políticas nacionais, não encontram nelas o seu limite (MASCARO, 2013, p. 101, *apud* BALLESTRIN, 2017 p. 525).

Um problema inicial se apresenta na premissa de que “como a colonialidade, a imperialidade sobrevive após o fim do imperialismo formal” (BALLESTRIN, 2017, p. 523) uma vez que o entendimento do imperialismo apresentado não condiz com a ideia de que tenha deixado de existir, já que está baseado na dinâmica do capital. Seguimos.

Diferentemente do imperialismo clássico, ambientado em um sistema competitivo predominantemente interestatal, a imperialidade é reproduzida por vários agentes disponíveis com mais ou menos intencionalidade, isto é, com mais ou menos mentalidade e desejo imperial (BALLESTRIN, 2017, p. 523).

Este ponto parece confirmar que para a autora o imperialismo clássico tenha terminado para dar lugar à imperialidade. Contrapõe o ambiente competitivo interestatal, que seria o do imperialismo clássico, ao sistema atual que parece entender estar estruturado numa perspectiva de Estado mínimo neoliberal. Contudo nos parece que a importância do Estado vem constantemente sendo renovada na atualidade, com o crescente nacionalismo econômico principalmente entre as grandes potências. Apesar de partir do imperialismo como uma hierarquização do sistema político a partir da reprodução do capital, aqui a autora parece reduzi-lo à política competitiva dos Estados centrais, noção que vem sendo contestada desde o princípio do debate, principalmente por Lênin, por se desdobrar numa perspectiva reformista. Assim parece reduzir por um lado a importância dos agentes não estatais no imperialismo clássico, e por outro a importância da competitividade estatal contemporânea. Segue:

Se a colonialidade exerce uma vocação mundial de certo padrão de poder que pode ser compreendido na hierarquização dos povos, controle das dimensões da vida e divisão global do trabalho, tem-se que este poder é antes imperial do que colonial. Nesse sentido, a imperialidade é a continuação do imperialismo por outros meios. É precisamente aqui que sua movimentação contemporânea deve procurar ser compreendida pela própria movimentação contemporânea do imperialismo (BALLESTRIN, 2017, p. 25).

Se “a imperialidade é a continuação do imperialismo por outros meios” tem-se que o imperialismo terminou em sua forma clássica e

segue atuando por “outros meios”, que se trata da imperialidade. Ou, ainda que coexistam, eles se dão de forma estanque, a imperialidade continuando a atuação do imperialismo, mas por outros meios. Segue apontando que

O imperialismo é um processo relacional, concreto socialmente e, raras vezes, fundado ou explicitado em categorias normativas políticas e jurídicas, embora possa eventualmente comportá-las – como no caso do colonialismo e das suas definições formais entre metrópole e colônia ou, nos tempos presentes, do privilégio assentado formalmente de alguns Estados no Conselho de Segurança da ONU (MASCARO, 2013, p. 101, *apud* BALLESTRIN, 2017 p. 525).

Se primeiramente a autora aponta que o imperialismo clássico terminou (se mantendo a imperialidade), posteriormente cita Mascaro (2013) que propõe que o imperialismo apenas raramente se formaliza “em categorias normativas políticas e jurídicas” e dentre essas raras formalizações estaria o privilégio assentado na ONU, que se mantém pleno. Poderíamos acrescentar inúmeras outras instituições que mantêm suas decisões restritas aos países centrais (FMI, Banco Mundial, G7, etc⁴). Mesmo utilizando o exemplo citado pela autora temos uma contradição central à ideia de fim do imperialismo “formal”, já que ele raramente se formaliza e suas poucas formalizações permanecem estruturantes das Relações Internacionais. Se o colonialismo de fato termina, de forma que se pode pensar sua continuação por outros meios, o privilégio assentado em “categorias normativas políticas e jurídicas” como no caso das instituições internacionais continua existindo em posição central nas Relações Internacionais. O colonialismo é uma das ma-

nifestações do imperialismo, porém não a única, de forma que o fim do primeiro não causa necessariamente o fim do segundo uma vez que o imperialismo surge da dinâmica do capital. À citação de Mascaro a autora complementa:

A ausência de mecanismos e arranjos explícitos a qual alude Mascaro reforça a noção de informalidade (FLINT E TAYLOR, 2011), nebulosidade (COX, 2005) e invisibilidade (HARDT E NEGRI, 2012) das novas dinâmicas imperiais. E, aqui, observo que sua complexificação – que obstaculiza uma observação empírica direta e que dilui as possibilidades de controle, responsabilidade e responsabilização – encontra na própria dinâmica da governança global um lugar propício para sua reprodução e ampliação (BALLESTRIN, 2017 p. 525).

Apresentam-se aqui novos autores que argumentam pela “informalidade/ nebulosidade/ invisibilidade” das formas de dominação atuais (FLINT E TAYLOR, 2011; COX, 2005; HARDT E NEGRI, 2012). O argumento que se apresenta mais uma vez é que o imperialismo “formal” teria terminado restando os métodos informais de dominação que formariam a imperialidade. Contudo a citação prévia apontava que essas formalizações são raras e as formas de dominação as ultrapassam. Novas formas “nebulosas” não impedem que as formalizações jurídicas e políticas se mantenham e, como no caso das instituições multilaterais já citadas, sejam estruturantes.

Se os métodos formais são raros deve-se considerar a funcionalidade dos informais. Não negamos a agudização atual dessas formas “nebulosas”, contudo elas estão presentes historicamente na dinâmica própria do capital, desde a exploração do mais-valor a partir do trabalho assalariado, até a forma do Estado supostamente neutro no capitalismo e nos mecanismos das democracias liberais. Se a autora entende que

4 Entre outros, esses exemplos nos fazem crer que as normativas jurídicas e políticas do imperialismo parecem ser mais comuns do que Mascaro dá a entender.

o imperialismo tenha terminado formalmente não aponta tampouco em que momento ele tenha deixado de existir uma vez que suas instituições se mantêm.

Agentes não estatais e Intencionalidade

Ballestrin ressalta também o papel de atores não estatais apontando que a

imperialidade é reproduzida por vários agentes disponíveis com mais ou menos intencionalidade, isto é, com mais ou menos mentalidade e desejo imperial. Isto não significa dizer que não possuem agência, intenção, cálculo ou racionalidade (BALLESTRIN, 2017, P. 527).

Aqui em parte concordamos que o imperialismo não é necessariamente reproduzido apenas pelos Estados ou por agentes com intenção, contudo discordamos que essa seja (ou tenha sido algum dia) sua marca essencial. Lembramos que já no debate clássico Lênin apontava o imperialismo como derivado da dinâmica do capital, que arrastava consigo a atuação estatal, assim envolvem-se na atuação imperialista não apenas agentes estatais, mas capitalistas e por vezes trabalhadores dos países centrais que teriam mais ou menos intencionalidade imperial o mesmo vale para agentes locais que acabam envolvidos e cooptados para a atuação empresarial *in loco*. Além disso, lembramos ainda da utilização das artes na criação do ideal de modernidade e superioridade europeia e mesmo de determinadas ciências como a antropologia, cujos expoentes tinham maior ou menor intenção.

Por outro lado nos parece que essa intencionalidade poderia ser melhor definida. Trata-se de intenção por parte de quem? Dos Estados, do capital ou dos agentes que atuam diretamente? Por exemplo, uma organização de

atuação internacional pode não ter uma intenção imperialista explícita ainda que seu Estado de origem tivesse quando financiou sua internacionalização, ou vice-versa. Ademais, que intenção seria essa? Trata-se da intenção de subalternizar determinadas regiões em benefício de outras ou simplesmente de explorar a mais-valia e reproduzir o capital fora de seu Estado de origem? Parece-nos ainda que a possibilidade dessa “não intencionalidade” já existia na fase do imperialismo clássico e que por trás da não intencionalidade continua existindo a lógica da reprodução do capital, que é o processo central do imperialismo. Historicamente é a atuação internacional dos grandes grupos capitalistas que arrasta seus Estados à atuação e ao conflito internacional na disputa por áreas de influência e não o contrário. A intencionalidade que está sendo questionada parece se limitar à de uma atuação estatal expansiva e não do capital, já que esta (a da reprodução ampliada) existia no imperialismo formal e continua existindo. Aqui a perspectiva de imperialismo parece partir da atuação estatal e não da reprodução do capital.

Ademais, existindo ou não um desejo imperial, as entidades de atuação imperialista acabarão tendo maior espaço e incentivo de atuação como disponibilidade de capital ou espaço midiático etc. Este processo se reproduz em diversos setores que possam ser lucrativos ou que precisem ser desarticulados. Sindicatos pelegos ou movimentos de cariz liberal podem não ter como intenção central desmobilizar a classe trabalhadora, contudo sua atuação será facilitada e incentivada por setores do capital visando esse embate com movimentos mais radicais ou combativos.

Destacamos ainda que apesar das formas “nebulosas” de atuação imperialista, a atuação explícita se mantém presente. Além das insti-

tuições internacionais desiguais pode-se apontar a crescente intervenção unilateral norte-americana no mundo, principalmente a partir de 2001 com a Guerra ao Terror e mais recentemente no tensionamento com a China e a atuação direta e pesada do Estado estadunidense no boicote a empresas chinesas etc. Se por um lado o colonialismo termina com as guerras de independência, não há um rompimento similar com as instituições ou dinâmicas imperialistas de forma que dificulta a percepção de onde termina o imperialismo e onde inicia a imperialidade.

Governança Global

Outra crítica que se desenrola é sobre o entendimento de governança global. Ballestrin parece entender a governança global como um meio do qual o imperialismo e a imperialidade se utilizam e não como parte integrante do imperialismo. Arrisca-se assim a des-historicizar a constituição das instituições internacionais e a influência dos Estados centrais (principalmente dos EUA) em sua constituição. Parece incompatível com o processo histórico, que mostra essas instituições servindo de esteio do imperialismo, mantendo os círculos decisórios restritos e sendo ignoradas nas raras vezes que se opõem a alguma atuação imperialista (como na invasão norte-americana no Iraque apesar da decisão contrária da ONU). A governança global não se sobrepõe nem é exterior ao poder imperialista, não podendo ser entendida apenas como estrutura funcional, na prática, forma parte essencial da dominação imperialista e amarra a atuação internacional do globo (através de sanções, constrangimentos e no limite intervenções armadas) às regras das grandes potências que por sua vez não são obrigadas a acatá-las. Por outro

lado, estas estruturas mantêm-se (como é próprio ao capitalismo e às relações internacionais) como espaço de luta de diversos agentes.

Finalmente Ballestrin parece aceitar a ideia de diminuição do Estado, tão difundida no neoliberalismo quando aponta que a globalização neoliberal desafia “a validade dos princípios constitutivos do Estado moderno – soberania, autonomia, legalidade, territorialidade” (BALLESTRIN, 2017, p. 527) e que “a governança sem governo está intimamente relacionada com o imperialismo sem império” (BALLESTRIN, 2017, p. 527). Ora, no que tange os países centrais não há nada que indique que esses princípios vêm sendo desafiados, pelo contrário parecem ser reforçados a partir de sua crescente atuação internacional. Como exemplos temos a extraterritorialidade da lei norte-americana, a atuação violenta contra refugiados nas fronteiras da Europa e dos EUA, atuação imperialista na Síria, o atual atrito comercial com a China, o veto ao programa nuclear iraniano etc. Assim, esses princípios constitutivos do Estado moderno vêm sendo relativizados apenas no que favorece a atuação do capital, fator essencial ao imperialismo e não contrário a ele. Concomitantemente não nos parece que estes princípios foram alguma vez levados a sério no que tange aos países periféricos. A atuação indiscriminada do capital imperialista no mundo restringiu em geral os princípios Westfalianos às potências capitalistas desde sua instauração⁵, qualquer empecilho à atuação internacional do capital imperialista mostrou a pouca importância que estes princípios tiveram *de facto*, como ainda parecem ter para a atuação imperialista.

Se o imperialismo hoje tem a necessidade de fluxos livres de capital, isso se dá a partir do papel central do dólar na economia global, es-

⁵ Exemplos históricos não faltam, como as Guerras do Ópio, entre tantos outros.

teio do imperialismo atual. Mesmo que queiramos apontar o centro do poder norte-americano atual exclusivamente no papel de sua moeda na economia global, lembramos que este poderio não pode ser dissociado da capacidade militar de intervenção global dos EUA. Além disso, este processo apenas destaca o poder do Estado estadunidense como interventor global já que aumenta seu poder de controle dos fluxos de capital que passam por seu sistema financeiro, vantagem bem utilizada pelo Estado para promover sanções unilaterais a atores dissidentes como a Venezuela ou Irã.

Breves Considerações Finais

A diminuição das áreas de atuação estatais e a ascensão de novos atores imperialistas globais longe de simbolizar o fim do imperialismo parecem indicar seu fortalecimento que se utiliza da globalização neoliberal para um novo formato de dominação. Se acreditarmos que as normas cada vez mais frouxas à atuação do capital e das instituições multilaterais são apenas estruturas funcionais ao imperialismo, caímos no risco de des-historicizar sua criação e entendê-las como neutras (mesmo que funcionais ao imperialismo). Nesta lógica possibilitamos a ideia de superação do imperialismo dentro do capitalismo que já se mostrou desastrosa, além de perdermos de vista as novas formas de atuação estatal na dominação. Esses são pontos centrais da crítica que buscamos aqui construir e que em nossa percepção atrapalham a potencialidade presente na proposta da imperialidade, como uma estrutura que conjuga imperialismo e colonialidade.

Em nossa percepção um dos pontos problemáticos da proposta é a concepção de que as formas estatais de atuação imperialista vêm sendo

diminuídas e não se entrelaçando com diferentes maneiras de atuação dentro e fora do Estado. Não se pode partir do discurso de diminuição do Estado já que mesmo organizações que se afirmam não governamentais têm laços profundos com os Estados de origem, mas principalmente com a reprodução da lógica capitalista. Parece-nos que a autora superestima o papel do Estado no imperialismo clássico entendendo o imperialismo a partir da atuação estatal e não da atuação capitalista. Por outro lado subestima o papel estatal no imperialismo atual, aproximando-se de noção neoliberal de Estado mínimo. Ademais parece colocar a “governança global” como entidade exterior ao imperialismo e por ele utilizada quando reivindicamos que esta não pode ser pensada a partir de uma ideia de neutralidade ou exterioridade ao imperialismo.

Finalmente, ressaltamos a importância da imperialidade como categoria analítica que agregue as dinâmicas da colonialidade do poder à análise, por exemplo, da divisão racial e de gênero do trabalho, central ao imperialismo. Contudo acreditamos ser contraprodutivo partir da percepção de fim do imperialismo formal pela perda de importância dos Estados, noção que a nosso ver vem sendo contestada pela realidade contemporânea cotidianamente.

Referências Bibliográficas

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, ed. 11, p. 89 - 117, maio-agosto 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 15 set. 2020.
- BALLESTRIN, L. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, ed. 2, p. 505 - 540, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582017000200505&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2020.
- COX, Robert. Global Perestroika, in R. Wilkinson (ed.), **The Global Governance Reader**. UK, Routledge, 2005.
- FLINT, Colin; TAYLOR, Peter. **Political Geography: World Economy, Nation State and Locality**. UK, Pearson Education, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. (2012), **Império**. Rio de Janeiro, Record, 2012.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. [S.l.: s.n.], 1917.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo, Boitempo. 2013.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, EDGARDO (orgs). **Colonialidad del saber. Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000, pgs. 201 a 249. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_resultado.php?campo=titulo&texto=colonialidad+del+saber&imageField.x=0&imageField.y=0. Acesso em 15 set. 2020

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014, pgs. 285-330. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=871. Acesso em: 15 set. 2020.

SLATER, D. "Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Commentary on Arturo Escobar's Paper". **Cultural Studies**, vol. 25, n 3, pp. 450-458. 2011.



A teoria da dependência nos estudos de paz e de defesa

Dependency theory in peace and defense studies

La teoría de la dependencia en los estudios de paz y defensa

diego Lopes da Silva¹

Héctor Luís Saint Pierre²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p31

Recebido em: 27 de dezembro de 2020

Aprovado em: 04 de março de 2022

RESUMO:

Avaliamos o impacto das Teorias da Dependência nos Estudos de Paz e Defesa. Constatamos que essa abordagem, ainda que fértil, é negligenciada nos trabalhos contemporâneos sobre o tema. Para cobrir esta lacuna, revisitamos essa bibliografia destacando suas principais contribuições e ressaltando sua utilidade para uma abordagem crítica aos estudos de Defesa.

Palavras-chave: Dependência; Estudos de Paz; Defesa

RESÚMEN:

Evaluamos el impacto de las teorías de la dependencia en los estudios de paz y defensa. Concluimos que este enfoque, aunque fértil, es aún ausente en los trabajos contemporáneos sobre el tema. Para cubrir esta laguna revisamos esta bibliografía destacando sus principales aportes y destacando su utilidad para un enfoque crítico de los estudios de Defensa

Palabras-clave: Dependencia; Estudios de Paz; Defensa

ABSTRACT:

We evaluate the impact of Dependency Theory on Peace and Defense studies. We find contemporary scholarship still neglects this approach, despite its potential contributions. To fill this gap, we revisit this bibliography stressing its main contributions and its role in a critical approach to Defense studies.

Key words: Dependency; Peace Studies; Defense

1 Doutorando pela San Tiago Dantas. Pesquisador do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI) e Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). E-mail: diego.lopes.silva@outlook.com.

2 Doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Coordenador-Executivo do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais IPPRI da Universidade Estadual Paulista UNESP, Pesquisador FAPESP (Processo2017/21557-4), Pesquisador Pq CNPq (Processo 310260/2017-5). Líder do Grupo de Defesa e Segurança Internacional GEDES. E-mail: saint.pierre@unesp.br.

INTRODUÇÃO

A difusão das Teorias da Dependência (TD) fora da América Latina é heterogênea. Em 1977, Fernando Henrique Cardoso publicou um artigo criticando os equívocos no ‘consumo’ da TD pela academia norte-americana (CARDOSO, 1977). Mormente, argumentava Cardoso, a formalização proposta pelos norte-americanos deturpava a ‘análise dialética de situações concretas’, principal aporte de sua obra com Faletto (CARDOSO, FALETTTO, 1967). Isto é, “a contribuição específica que essas análises de dependência podem fazer do ponto de vista metodológico – a ideia de contradição – é retirada” (CARDOSO, 1977, p. 15). ‘Consumos’ mais próximos aos preceitos originais da TD foram feitos pelos teóricos do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974) e Amin (1974). A proximidade é tamanha que Chirot e Hall (1982) afirmam que a teoria do sistema-mundo é, na maioria das vezes, apenas uma adaptação norte-americana da Teoria da Dependência.

Recentemente, Kvangraven (2020) realizou uma ampla revisão da influência e da relevância atual da Teoria da Dependência. Ainda que o artigo em muito tenha contribuído para a revitalização da TD como um programa de pesquisa, outros ‘consumos’ da TD não foram incluídos. Neste breve texto, destacaremos o emprego da TD nos Estudos de Paz (EP) e Defesa (EPD). Johan Galtung (1971), o principal expoente dos EP, aproveitou o paradigma dependentista em sua teorização sobre o imperialismo, fertilizando os estudos sobre militarização no Terceiro Mundo. A atenção que propomos no ‘consumo’ da TD pelos EPD pretende jogar luz sobre uma utilização pouco conhecida dela e, especialmente, fornecer um novo enquadramento conceitual ao estudo

da militarização na América Latina. A incorporação da TD pelos EPD preenche lacunas analíticas importantes ao questionar as razões, consequências e limites da militarização de capital-intensivo em países em desenvolvimento.

MILITARIZAÇÃO DEPENDENTE

A militarização em sociedades de capitalismo dependente ou em desenvolvimento constitui um paradoxo perverso: a estrutura militar organiza-se em torno de um tipo de armamento que dificilmente essa sociedade pode produzir autonomamente. Dadas as dificuldades estruturais e domésticas para o avanço do setor industrial nacional, as sociedades periféricas encontram obstáculos consideráveis para fabricar materiais bélicos de capital-intensivo (SILVA, 2018). Nesse contexto, a autossuficiência produtiva de sistemas de armas é quimérica. Para Herbert Wulf (1979, p. 249), “enquanto existam grandes disparidades no nível de industrialização entre os países subdesenvolvidos e industrializados, a produção de armas na Periferia, nos padrões dos países industrializados, é impossível”.

Essa condição foi sintetizada por Wulf no conceito de “militarismo dependente”. Apesar de não o definir formalmente, Wulf é preciso sobre seu conteúdo semântico: “a importação de armas modernas permite uma penetração intensificada dos países metropolitanos em sociedades do mundo subdesenvolvido. Em vez do estabelecimento da independência política e militar, novas formas de dominação são criadas” (WULF, 1979, p. 246). No início dos anos 1990, o tema é retomado por Barnett e Wendt em duas ocasiões distintas (1992; 1993) por meio do conceito de “militarização dependente”. Todavia, as menções feitas por Barnett e Wendt ao trabalho

prévio de Wulf são raras e superficiais, desaproveitando de certo modo as potencialidades de um debate que aqui retomamos.

Aqui uma questão demanda cautela: a distinção entre “militarismo” adotado por Wulf (1979, p. 246), e “militarização”, utilizado por Wendt e Barnett (1992; 1993). Para estes, militarismo refere-se à disposição ao uso da força militar, ao passo que militarização diz respeito ao processo de acumulação das capacidades militares. Essa diferenciação entre os termos é bastante similar à sustentada por Eide e Thee (1980, p. 563): “a militarização se manifesta pelo incremento dos armamentos, nos avanços da capacidade destrutiva das armas, pelo número crescente de efetivos e aumento dramático das despesas militares”; ao passo que o militarismo seria “a inclinação para recorrer a meios militares de coerção para o tratamento de conflitos”. Ao contrário da precisão conceitual de Barnett e Wendt, no texto de Wulf uma definição mais clara sobre o conceito é ausente ou apenas insinuada. Contudo, é possível concluir que a conotação pretendida pelo autor para o termo militarismo é análoga àquela proposta por Barnett e Wendt ao processo de militarização, de modo que os conceitos de militarização dependente e militarismo dependente, somente e tão-somente nos termos aqui postos, são passíveis de serem tratados como intercambiáveis sem prejuízos analíticos consideráveis.

A principal contribuição de Wulf reside na elaboração teórica de uma via militar alternativa àquela baseada em capital-intensivo. Ele argumenta que, dentro do paradigma industrialista e tecnocrático, não há possibilidade dos países do então chamado Terceiro Mundo resistirem a eventuais incursões das potências internacionais (WULF, 1979, p. 253). Nesse sentido, o autor propõe uma militarização autossuficiente, que

abandone a emulação automática das doutrinas e equipamentos militares usados pelos países centrais. O afastamento do modelo universal da forma da força acunhado pela metrópole é a condição de possibilidade para se pensar concepções estratégicas de defesa adequados à situação social e económico-política dos Estados da Periferia (SAINT-PIERRE, 1990). Como afirma Wulf, “a ideia básica é a redução dos contatos com a metrópole ao mínimo possível, abandono da estrutura periferia-metrópole, e desenvolver conceitos militares, Forças Armadas e armamentos condizentes às necessidades do país em particular” (WULF, 1979, p. 254).

Imbuídos pela mesma inquietude que Wulf, Barnett e Wendt se perguntam: “dado que os Estados do Terceiro Mundo preferem uma militarização assentada em capital-intensivo, por que não perseguiram essa estratégia [de militarização] de um modo autossuficiente?” (BARNETT e WENDT. 1992). Segundo Barnett e Wendt (1992), os padrões de militarização podem ser qualificados em quatro tipos, inter-relacionados e segmentados em função da 1) a intensidade dos diferentes fatores de produção, e; 2) a dependência de fontes externas. Em relação aos fatores de produção, os tipos são: 1.1) militarização por capital-intensivo, que se articula em torno de armamentos modernos e de alta intensidade tecnológica utilizados por soldados com elevados níveis de profissionalização, e; 1.2) trabalho-intensivo, que se aproxima de desenhos de força não convencionais, estruturados na participação popular, com tropas de grande mobilidade munidas de armamentos leves. A segunda tipificação proposta por Barnett e Wendt (1992), relativa aos níveis de condicionamento externo no processo de militarização, divide-se em 2.1) auto-cêntrico, e; 2.2) militarização dependente.

Os traços específicos da militarização dependente são esclarecidos em publicação posterior onde argumentam que,

1) a dependência da economia internacional tende a criar regimes fracos para os quais as massas são uma ameaça a sua segurança ao invés de um recurso; 2) a dependência de assistência [externa] no campo da segurança em estruturas geopolíticas de impérios informais tende a criar elites cujas definições de segurança são aquelas de seus patronos, ao invés daquelas de suas massas; 3) a dependência da cultura militar global formata as ideias das elites sobre o que constitui Forças Armadas 'modernas'. (BARNETT, M.; WENDT, A. 1993, p. 322)

As três teses apresentadas por Barnett e Wendt são expressamente influenciadas pelas contribuições da TD. Não é surpresa que os autores tenham recorrido a ela para discutir a hierarquia internacional, a noção de anarquia internacional é relativamente estranha ao pensamento social latino-americano. Criticada, entre outros, pela TD, pelo Realismo Periférico de Carlos Escudé (1995), pela perspectiva emancipatória de Esther Ceceña (2005), ou pela autonomia periférica da Jaguaribe (1979) e Puig (1980), a ideia de um Sistema Internacional anárquico é rejeitada pela academia latino-americana. Sem generalizar esse estranhamento, resulta evidente que os principais logros intelectuais da região se posicionam criticamente à pretensa ausência de hierarquia internacional. Ao revisar a produção intelectual latino-americana no campo das Relações Internacionais e da Economia Política, Arlene Tickner (2008) evidencia esta percepção. Ainda que indiretamente, a literatura dedicada à noção de autonomia na Política Externa também enfrenta o problema da hierarquia.

A aproximação, mesmo que incipiente, entre a interpretação latino-americana da dependência e os estudos sobre produção e transferências de armamentos não é exclusiva de Bar-

nett e Wendt. Autores associados aos Estudos de Paz europeus, especialmente os nórdicos, ensaiaram movimentos similares. Øberg, por exemplo, incorpora o conceito de "Subimperialismo" originalmente atribuído aos escritos de Ruy Mauro Marini (1977), teórico marxista da dependência. Øberg argumenta que "desde uma perspectiva maior, baseando-se em fatores econômicos, políticos e sociais, pode se sustentar que os países produtores de armamentos são - ou aspiram ser - subimperialistas" (ØBERG, J. 1975b, p. 226). Noutra ocasião, este autor argumentou que o padrão de distribuição nas transferências de armamentos mimetiza as relações de dominação estrutural, constituindo-se, portanto, em uma dimensão do Imperialismo. Baseando-se nos dados referentes às transferências de sistemas de armas entre 1950 e 1973, Øberg conclui que o padrão emergente se assemelha a uma estrutura de dominação feudal:

existe uma alta concentração de poder de fornecimento; os clientes periféricos geralmente são altamente dependentes de um único fornecedor e este fornecedor geralmente possui uma posição de monopólio em termos de entregas de armas durante um longo período (ØBERG, J. 1975a, p. 218).

A noção de Imperialismo de Øberg, contudo, difere da sustentada nos escritos canônicos sobre o fenômeno. O autor, ao resgatar a temática, utiliza-se do conceito de Imperialismo oferecida por Johan Galtung como sendo "um sistema que divide coletividades e relaciona algumas das partes entre si em relações de harmonia de interesse e outras partes em relações de desarmonia de interesse ou conflito de interesses" (GALTUNG, 1971).

A publicação do artigo de Galtung (1971), no qual incorpora comedidamente os debates latino-americanos sobre a dependência, exerceu expressivo impacto nos escritos sobre militariza-

ção associados aos EP. Ainda que não pretendesse limitar sua proposição ao Materialismo Histórico nem às análises da sociologia compreensiva weberiana, Galtung assimilou à sua teoria escritos de André Gunder Frank (1972; 1980), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1967), por exemplo. A dependência da Periferia em relação ao Centro configurava-se como um tipo de Violência Estrutural (GALTUNG, 1969), conceito ubíquo e essencial aos Estudos de Paz.

A fértil justaposição entre a TD e os EP ensaiada por Galtung em 1971 fomentou a publicação de outros escritos de recorte teórico similar. Ulrich Albrecht (1972), e.g., criticou agudamente o conteúdo programático das pesquisas relacionadas às transferências de armamentos. A abordagem estadocêntrica é limitada, argumentou Albrecht, uma vez que a decisão pela importação de armamentos é delegada a um grupo específico na estrutura governamental, que não necessariamente reproduz em suas ações os interesses da sociedade. Desde uma abordagem dos EP, ele argumenta que “a transferência de armamentos é de fato compreensível apenas se for considerada como apoiada não pela nação como um todo, mas por pequenos grupos dominantes, favorecidos pelos interesses de classe.” (ALBRECHT, 1972, p. 169).

Ulrich Albrecht integra um subgrupo de pesquisadores que interpretaram dinâmica armamentista desde posições epistemológicas associadas ao Materialismo Histórico. Noutro artigo, escrito com Dieter Ernst, Peter Lock e Herbert Wulf, Albrecht argumenta que

Os armamentos não foram apenas decisivos para manter a desigualdade do desenvolvimento capitalista mundial, mas, ao mesmo tempo, desempenharam um papel crucial na indução, estabilização e expansão dos processos de acumulação de capital dentro das metrópoles [...] (ALBRECHT et al, 1974, p. 175).

A aproximação entre as dinâmicas de militarização e os conceitos da TD também foi percebida por autores da Economia Política. André Gunder Frank, um dos maiores expoentes da TD, também se dedicou eventualmente à análise da militarização. Como resposta ao aparente paradoxo da produção de armamentos em países periféricos, Frank (1980, p. 236) afirmou que o objetivo primordial dessa produção de armas “é [...] maximizar as despesas públicas nos produtos e lucros na indústria nacional de bens de capital e máquinas”. A leitura de Frank é inspirada na proposta original de Rosa Luxemburgo, para quem o militarismo era uma província de acumulação do capital. À sombra do conflito, os países capitalistas extraem do proletariado as receitas necessárias à manutenção de seus exércitos por meio da taxa-ção; transfere-se, portanto, o poder de compra das massas para o Estado. Nas mãos deste, os recursos tornam-se demanda por armamentos, “livre dos caprichos e flutuações subjetivas do consumo pessoal, ele obtém uma regularidade quase automática e um crescimento rítmico” (LUXEMBURGO, [1913] 2003, p. 446)

Mariutti (2015) facilita a compreensão do militarismo em Luxemburgo ao sublinhar três aspectos essenciais de seu pensamento. Em primeiro lugar, o militarismo é produto de um estágio específico do capitalismo que, ao expandir-se, transplanta a estes novos sítios as rivalidades europeias. Igualmente, o militarismo é instrumento pelo qual, internamente, impõe-se a dominação coercitiva sobre a classe trabalhadora, ao passo que em sua dimensão externa, instiga o conflito e acumula o capital. Finalmente, o terceiro elemento, que Mariutti destaca como o mais importante, refere-se à capacidade motriz do militarismo como força da expansão capitalista, cuja realização se dá no plano internacional.

O argumento de Luxemburgo ([1913] 2003) é contundente. Não obstante, para os países periféricos sua validade requer qualificação. Se nos países desenvolvidos a demanda por produtos militares é suficiente para estimular o setor bélico nacional, nos subdesenvolvidos, principalmente aqueles situados em regiões de baixa incidência de conflitos entre Estados, isto já não procede. A razão já fora antevista por Luxemburgo: “Para sua satisfação, essa demanda [militar] pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais valia e à acumulação” (LUXEMBURGO, [1913] 2003, p. 97). Essa exigência dificilmente é satisfeita pelos países periféricos. Na Periferia, a demanda do Estado por petrechos militares é quase totalmente suprida pela produção bélica dos países centrais. Se de fato o militarismo é uma província de acumulação, é necessário ressaltar que essa província não fica na Periferia.

AUTONOMIA E DECISÃO

O ‘consumo’ da TD pelos EPD apresenta um conjunto de reflexões que, não obstante produzidas majoritariamente entre os anos 1970 e 1990, guardam relevância para analisar a militarização contemporânea e certa originalidade desde uma perspectiva da periferia do sistema internacional. Esses escritos sugerem que a militarização dependente reduz, quando não anula, a autonomia da decisão política. Se a quantidade e qualidade do arsenal de um país é um critério para avaliar sua capacidade defensiva –em última instância, de sua soberania– a importação dos meios da violência estabelece uma clara hierarquia entre os que produzem os armamentos e os receptores que incide no processo de decisão destes.

A autonomia da decisão de uma unidade política é relativa à liberdade da sua ação estratégica que depende, entre outras coisas, da independência dessa unidade para se prover dos instrumentos da violência adequado a sua concepção estratégica. Por sua vez, conforme a literatura discutida neste texto, a independência do arsenal depende da capacidade de produção nacional para se abastecer ou da diversidade de provedores que permita sua substituição com relativa facilidade e velocidade. Ainda assim, no último caso, sempre se estabelece uma relação de dependência em relação aos provedores de armamento, por mais numerosos e diversificados que eles sejam (WULF, 1979).

A complexidade do arsenal mundial contemporâneo, centrado em sistemas de armas que carregam sofisticadas tecnologias, torna a diversidade de provedores limitada. São poucas as empresas que produzem a maior parte dos sistemas de sistemas de armas de ponta. Elas controlam e provêm materiais similares, imprimindo um isomorfismo militar global. Assim, todos os países dependem, tanto para o seu desenvolvimento tecnológico, quanto para manter atualizado o seu arsenal nacional, dos projetos, instrumentos, testes, peças e componentes sensíveis que são proporcionados e controlados pelo complexo industrial-militar que define a característica e a tendência do arsenal global (KALDOR, 1976).

Dada a estrutura firmemente hierárquica entre os países e seguindo as regras do mercado, poder-se-ia pensar que o maior comprador de sistemas de armas pode impor os critérios de venda às empresas do complexo industrial-militar. Considerando o grau de concentração de produção e consumo desse material, pode-se supor que esses poucos países que produzem e consomem alta tecnologia em sistemas de ar-

mamentos repassarão a tecnologia para outros países apenas quando para eles tenha sido totalmente controlada e superada. Obviamente, o maior consumidor de armamento não permitirá que o complexo industrial-militar global entregue a tecnologia de ponta que ele consome para outros países, menos ainda para aqueles que possam ser uma ameaça. Ou seja, ainda que essas empresas tenham uma existência supranacional, sofrerão a pressão do maior comprador na definição e critérios da distribuição mundial dos seus produtos. Mas, por outro lado, para manter a prioridade tecnológica requerida, esse país deverá comprar material bélico à altura das exigências das empresas monopólicas, fechando um círculo de dependência recíprocas.

Como a tecnologia de ponta é restrita e sua transferência depende de arranjos políticos, os países compradores ficam hierarquicamente subordinados ao maior consumidor na escala do ranking do arsenal mundial e só poderão adquirir a tecnologia que o maior comprador descarta por obsoleta. Assim, na medida em que os países adquirem armamento tecnológico ou procuram seu desenvolvimento para defender sua decisão, paradoxalmente aumentam sua dependência tecnológica, diminuem sua liberdade de ação estratégica e, conseqüentemente, perdem autonomia na decisão política. O paradoxo do desenvolvimento tecnológico para a Defesa consiste em que quanto mais se desenvolve tecnologia bélica dependente, mais se aprofundam os laços da dependência estratégica e mais se compromete a autonomia da decisão política.

O que se transfere com os sistemas de armas é um artefato tecnológico que, ao se mostrar, oculta a tecnologia subjacente. Em realidade, o artefato impede o acesso à tecnologia que nele se oculta (HEIDEGGER, 2007). O conhecimento transferido com o artefato é o

suficiente para saber usar, nunca o necessário para produzir e menos dominar as tecnologias embarcadas que possam ser usadas em outras combinações com outros objetivos. O conhecimento passado é relativo ao “como se usa?” e não ao “como se faz?” e muito menos ao “o que é?”. Cria-se a falsa impressão de que se incorporam novas tecnologias à defesa quando em realidade apenas se incorporam produtos tecnológicos.

CONCLUSÃO

Os autores analisados utilizaram a TD nos EPD de diferentes formas. Entretanto, há uma concordância trágica entre eles que não pode ser ignorada: a militarização de capital-intensivo na Periferia tem chances escassas, se não inexistentes, de garantir autossuficiência na produção de armamentos e, conseqüentemente, a autonomia na decisão política. Assim, a militarização dependente demanda a identificação das suas especificidades e fundamentos originários e originais. O estabelecimento de paralelos anacrônicos entre a experiência de militarização na Periferia e no Centro está fadado a equívocos e à inobservância dos fatores críticos.

Desmontar as cláusulas da dependência militar exige remover suas raízes culturais, epistêmicas e históricas, as mais profundas delas arraigadas na formação militar. Resulta irônico que justamente o instrumento do Estado específico para defender a autonomia das decisões estatais assegure os grilhões da sua dependência. O “esforço de teorização autônomo” ao que se refere Furtado (1961) em relação à economia, também se aplica ao âmbito da Defesa, estreitamente imbricado com aquele. Ela não pode ser outra coisa que uma profunda reflexão, an-

corada na autonomia de uma epistemologia do Sul com perspectiva anticolonial.

O Sistema-Mundo, fortemente hierarquizado, tem na militarização de capital-intensivo o molde e grilhão da dependência econômica e da decisão. Por isso os estudos de Defesa, de desenvolvimento tecnológico, de transferência de armamento, de desenho estratégico, do componente militar e das relações civis-militares devem ser analisados em profundidade e revistos desde o pensamento crítico e a TD. Por sua vez, o desenho das políticas públicas que visem a autonomia da decisão deverá abandonar teorias e prescrições forâneas desconstruindo discursos teóricos e narrativas coloniais, desenvolvendo “conceitos que permitam apreender as sínteses dominação-resistência, hegemonia-emancipação, poder-democracia ou indivíduo-comunidade” (CECEÑA 2005).

A renovação epistemológica para a autonomia da decisão requer a elaboração de um Programa de Pesquisa Científica fundado no questionamento da militarização de capital-intensivo imposta e que, sobre as condições de possibilidade socioeconômicas e políticas, formule uma Grande Estratégia que reconstrua a articulação das capacidades do Estado visando a independência de uma Defesa da autonomia da decisão eficiente e eficaz. A condição de possibilidade da Defesa na periferia consiste em adequar a forma da força à especificidade do sistema produtivo e de organização sociopolítica que se pretende defender. A história mostra que os países que resistiram à violência da hierarquia internacional o fizeram com armas e estratégias tecnologicamente adequadas a suas realidades nacionais.

NOTA: As interpretações discutidas pelos autores não refletem o posicionamento de nenhuma instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert. Armaments and underdevelopment. **Security dialogue**. Vol. 4, Nº 2, 1974.
- ALBRECHT, Ulrich. Militarization, Arms Transfer and Arms Production in Peripheral Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 12, No. 3, 1972.
- AMIN, Samir. Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment. New York: Monthly Review Press, 1974
- BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992.
- BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Dependent State Formation and Third World Militarization. **Review of International**. Vol. 19, 1993, p. 321-347.
- CARDOSO, Fernando Henrique. The Consumption of Dependency Theory in the United States. **Latin American Research Review**. Vol. 12, Nº 3, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- CECEÑA, Ana Esther: Hegemonias y Emancipaciones no Século XXI. São Paulo: CLACSO, 2005
- CHIROT, Daniel; HALL, Thomas. World-Systems Theory. **Annual Review of Sociology**. Vol. 8 pp. 81-106, 1982.
- EIDE, Arbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Arbjorn; THEE, Marek (Eds.). **Problems of Contemporary Militarism**. New York: St. Martin's Press, 1980.
- ESCUDE, Carlos. **El realismo de los estados débiles**. Buenos Aires: GEL, 1995.
- FRANK, André Gunder. Arms Economy and Warfare in the Third World. **Third World Quarterly**. Vol. 2, No. 2, April, 1980.
- FRANK, André Gunder. Dependence Is Dead: Long Live Dependence and the Class Struggle. **Partisans**. No. 68, 1972, p. 52-70.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**, Vol. 8, No. 2, 1971.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**. Vol. 6, No. 3, 1969.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da Técnica. São Paulo: **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007
- JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía central. **Estudios Internacionales**. Vol. 46, N. 91, 1979.
- KALDOR, Mary. The Arms Trade and Society. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, No. 5/7, Annual Number: Limits of Export-Led Growth (Feb., 1976), pp. 293+295+297+299+301
- KVANGRAVEN, Ingrid H. Beyond the Stereotype: Restating the Relevance of the Dependency Research Programme. **Development and Change**. Vol 52, Nº 1, 2020, p. 76–112.
- LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003 [1913].
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subImperialismo. **Cuadernos Políticos**. N. 12. México: Ediciones Era, 1977.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Militarismo e Imperialismo no Pensamento de Rosa Luxemburgo: Uma Síntese. **Texto para Discussão 250**. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, Janeiro, 2015.

ØBERG, Jan. Arms trade with the third world as an aspect of imperialism. **Journal of Peace research**. Vol. 12, Nº 3, 1975.

ØBERG, Jan. Third World armament: domestic arms production in Israel, South Africa, Brazil, Argentina and India 1950-75. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 4, 1975, p. 222-239.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. Adequação Entre Concepção Estratégica e Modelo de Estado: O Caso do Exército Vermelho. **Política e Estratégia**. Vol. 8, Nº2, abril/dezembro, 1990.

SILVA, D. **Armas, capital e dependência**: um estudo sobre a militarização na América do Sul. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154155>. Acesso em: 30 sep. 2022.

TICKNER, Arlene. Latin American IR and the primacy of *lo práctico*. **International Studies Review**. Vol. 10, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation Within the Capitalis World Economy. **African Studies Review**. Vol. 17, Nº 1, April, 1974.p. 1-26.

WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent State Formation and Third World Militarization. *Review of International*. Vol. 19, 1993.

WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979



Diálogos com o marxismo no estudo do ativismo transnacional

Dialogues with the Marxism in the study of transnational activism

Diálogos con el marxismo en el estudio del activismo transnacional

Teresa Cristina Schneider Marques¹

Wesley Nogueira Gomes²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p40

Recebido em: 29 de janeiro de 2021
Aprovado em: 28 de novembro de 2021

Resumo:

Com a crise econômica iniciada em 2008, os protestos anticapitalistas se intensificaram por todo o globo. Eles desafiam as barreiras disciplinares e incentivam um profícuo diálogo entre marxismo e estudos sobre movimentos sociais transnacionais analisado pelo presente artigo. Tal diálogo abre uma nova agenda de pesquisa para as Relações Internacionais. Palavras-chave: Ativismo; Transnacionalismo; Marxismo.

Abstract:

As the economic crisis began in 2008, anti-capitalist protests intensified across the globe. They defy disciplinary barriers and encourage a fruitful dialogue between Marxist and studies on transnational social movements analyzed in this article. This dialogue opens a new research agenda for International Relations. Key-words: Activism; Transnationalism; Marxism.

Resumen:

Con la crisis económica que comenzó en 2008, las protestas anticapitalistas se intensificaron en todo el mundo. Ellas desafían las barreras disciplinarias y los estudios sobre movimientos sociales transnacionales analizados en este artículo. Este diálogo abre una nueva agenda de investigación para las Relaciones Internacionales. Palabras-clave: Activismo; Transnacionalismo; Marxismo.

1 Doutora (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral em Sociologia das Relações Internacionais no Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po). Concluiu pós-doutorado (2014) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do curso de graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora adjunta dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Filosofia da PUCRS.

2 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

1 INTRODUÇÃO

O Estado-Nação como unidade analítica fez com que as mobilizações transnacionais em suas mais variadas formas, como as redes de ativismo, as revoltas e mesmo as revoluções fossem negligenciadas pelo campo de estudo das Relações Internacionais. Todavia, a globalização tornou ainda mais evidente a dimensão internacional e transnacional das mobilizações. Segundo Held, os estudos interessados em compreender as transformações políticas não podem perder de vista o “rápido crescimento das complexas interconexões entre Estados e sociedades” (1991, p. 415). O incremento das conexões entre ativistas incentivou a expansão desse campo de estudos. Mais recentemente, o contexto de crise econômica e protestos globais contra as políticas de austeridade incentivou a renovação desses estudos ao trazer de volta as contribuições do marxismo, cuja essência é o entendimento de que tanto as divisões sociais, quanto as lutas transcendem as fronteiras (TARROW, 2001; TARROW, 2005; DELLA PORTA, 2015).

Entre as novas abordagens que realizam esse diálogo com o marxismo para a compreensão das mobilizações sociais internacionais, destacamos as abordagens que partem de contribuições da teoria do confronto político (TCP) e a combinam com conceitos teóricos das Relações Internacionais. Ao acrescentar as contribuições das Relações Internacionais, a TCP, que parte de ferramentas teóricas da Sociologia e da Ciência Política, ampliou ainda mais esse diálogo interdisciplinar, resultando na chamada “sociologia dos movimentos transnacionais”.

O presente artigo objetiva debater o diálogo entre Marxismo, a TCP e a sociologia dos

movimentos transnacionais sobre esse novo tema das Relações Internacionais: o ativismo transnacional. Muito embora o marxismo se debruce sobre temas tais como internacionalismo proletário, socialismo mundial ou a tendência de desenvolvimento do socialismo mundial (HALLIDAY, 1999; HUI, 2019), o diálogo a partir de leituras marxistas não é muito corrente nas Relações Internacionais. Visando contribuir para esse debate, na primeira parte do artigo resgatamos brevemente o histórico dos estudos sobre mobilizações sociais e as aproximações e distanciamentos que estes tiveram do marxismo. Por sua vez, na segunda parte, abordamos como os contextos de austeridade revelam a atualidade do marxismo para compreender o ativismo transnacional em diálogo com a TCP e a sociologia dos movimentos transnacionais. Por fim, refletimos sobre as contribuições desse diálogo.

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, TRANSNACIONALISMO E MARXISMO

É inegável que nas Ciências Sociais houve, durante décadas, uma repartição quanto aos temas de estudos. Foi dessa forma que as mobilizações sociais protagonizadas por atores não-estatais se tornaram um objeto de estudo das disciplinas que contam com o Estado-nação como principal marco-interpretativo, tais como a Sociologia e a Ciência Política, sobretudo a primeira. Por sua vez, as teorias mainstream do campo das Relações Internacionais, ao manterem o Estado como o foco central, embora se voltassem para a dimensão internacional dos fenômenos políticos, também deixaram de lado as ações de atores não-estatais.

Assim, o estudo da ação coletiva esteve presente nas chamadas “teorias dos movimentos sociais”, abordagens teóricas focadas sobretudo no estudo dos movimentos organizados e não disruptivos, entendidos como formas de ações coletivas que se baseiam em redes sociais construídas em torno de propósito comum (GOHN, 2006). Tal foco se opõe à centralidade atribuída à Revolução pelos autores do marxismo clássico – Marx, Engels e Lênin. Muito embora seja correta a avaliação de que Marx “não se preocupou em criar uma teoria específica dos movimentos sociais” (GOHN, 2006, p.176), é evidente que a teoria marxista ofereceu contribuições ao conectar as ações políticas à macroestrutura, que procurou compreender por meio do estudo do desenvolvimento do sistema capitalista.

Tais contribuições não receberam grande atenção nos estudos voltados para a questão ao longo do século XX, marcado por profundas e rápidas transformações nesse campo. Mais do que negligenciada, a abordagem marxista foi enfrentada pela maioria das teorias de movimentos sociais que se desenvolveram ao longo do século XX. Assim, foi na contramão das bases propostas por Marx e Engels que se desenvolveram grande parte das teorias sobre movimentos sociais no início do século XX.

Para Maria da Glória Gohn, até a década de 1960 predominaram as abordagens focadas na teoria da ação social. Tais abordagens, embora distintas, se encontram no foco na análise de comportamentos coletivos de acordo com um enfoque sociopsicológico (2006, p.23). Não raro, tais enfoques permitiam compreender a ação coletiva enquanto uma anomia social. Sendo assim, abriram pouco espaço para as ações coletivas transnacionais. Elas apenas foram ultrapassadas na primeira década da

segunda metade do século XX, pela chamada Teoria da Mobilização de Recursos (TMR).

Os estudos ancorados na TMR se voltaram para uma abordagem econômica, partindo do princípio de que as estratégias dos atores são impulsionadas por uma lógica racional. Embora considerada uma abordagem econômica, a TMR tampouco se voltou para a análise do contexto e do capitalismo, ficando centrada nos incentivos diretos e individuais para a ação coletiva. A abordagem em questão não permitiu compreender a relação entre os movimentos e a macroestrutura e mesmo os processos de longa duração (ALONSO, 2009). Assim sendo, sua abordagem focada nos atores também limitou o estudo das ações coletivas ao território-nação.

Posteriormente, o contexto social da década de 1970 evidenciava a importância de outras questões para a compreensão da mobilização política: a identidade e a cultura, elementos negligenciados pela abordagem marxista. Visando oferecer uma resposta para o papel dessas questões, emergiu o paradigma dos novos movimentos sociais (NMS), marcado justamente pela negação do marxismo como abordagem teórica para a análise da ação coletiva na contemporaneidade, que contou com Touraine como o seu maior expoente (GOHN, 2006, p.122). No Ocidente, a NMS teve grande alcance e se tornou preponderante por trazer importantes contribuições ao adicionar a socialização, as identidades coletivas e individuais baseadas em fatores até então não abordados, inclusive pelo marxismo ortodoxo, tais como gênero, orientações sexuais, etnicidades, entre outros.

Combinando fatores culturais com a dimensão estrutural analisada a partir do resgate e revisão do debate sobre oportunidades políticas proposto pela TMR, emergiu a Teoria do Processo Político (TPP), hoje denominada

Teoria do Confronto Político (TCP) (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). A partir de uma perspectiva relacional da política, a Teoria do Confronto Político acabou se tornando uma teoria com maior alcance no contexto acadêmico atual. Assim como NMS, a TCP também buscou analisar o papel da cultura para as ações coletivas, buscando compreender como indivíduos e organizações também se conectam por meio da mobilização de códigos culturais (TARROW, 2005). Segundo Tarrow, essa seria a principal oposição ao marxismo: “Marx e Engels subestimaram seriamente os recursos necessários para o engajamento, suas dimensões culturais e a importância da política” (TARROW, 2009, p.28).

A intenção em adicionar o contexto cultural à análise fez com os especialistas entendessem, que tal como a sua principal concorrente, essa abordagem mantém uma posição distinta do marxismo. Segundo Alonso:

A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais (ALONSO, 2009, p 53-54).

Todavia, há espaço para o diálogo. Ao tomar como base a análise estruturalista proposta por Charles Tilly, a Teoria do Confronto Político se aproximou do marxismo e trouxe importantes contribuições ao explorar outras formas de ação coletiva além dos movimentos sociais, trazendo a revolução de volta à análise, sobretudo por meio dos estudos de Tilly que com-

preendeu as grandes revoluções como processos que envolvem “mudanças de classe e amplas transformações sociais” (TILLY, 2006, p.160). Por isso, para além de refletir sobre a importância das revoluções para as transformações sociais, Tilly se preocupou em compreendê-las enquanto parte de um processo que pode ser analisado a partir de uma perspectiva relacional. Assim, a revolução não seria uma “anomalia social” e sim resultado de interações entre sociedade e Estado. Tal visão, em parceria com os sociólogos Sidney Tarrow e Doug McAdam, resultou na Teoria do Confronto Político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Cumprir destacar que esta abordagem teórica combina aspectos estruturais e culturais para compreender como, no processo de mobilização, os atores políticos organizam seu repertório de reivindicações (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Em outras palavras, a Teoria do Confronto Político, vertente estadunidense de análise do ativismo político e mobilizações sociais, compreende o ativismo político como um fenômeno histórico de mobilização/desmobilização que envolve recursos, estratégias e oportunidades que dão sentido à experiência dos atores políticos. Dessa forma, permite analisar que o “[...] o confronto que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas tem características gerais distintas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 21).

Além disso, por meio do conceito de “estrutura de oportunidades política” a TCP procurou trazer tanto os recursos econômicos e políticos disponíveis para ação, quanto os constrangimentos (TILLY; TARROW, 2008). Sidney Tarrow, um dos principais expoentes da

teoria, embora crítico à abordagem marxista, resgatou contribuições desta para a compreensão da ação coletiva:

Tarrow busca também nos clássicos do marxismo elementos para entender a estrutura de oportunidades políticas, questão central para a compreensão da natureza social – e não individual – de um movimento. (...) O resultado final da teoria que ele apresenta não pode ser inteiramente visto segundo o paradigma marxista clássico, porque sua análise não se constrói em termos de lutas de classe, antagonismos sociais, etc. Ele trabalha com a noção de campos de forças sociais e se preocupa com as alianças que se constroem neste campo (GOHN, 2006, p.104).

O contexto atual, marcado pela globalização, evidenciou ainda a importância da análise mais abrangente proposta pela referida abordagem. Para tanto, o estudo do transnacionalismo nas Relações Internacionais oferecem importantes contribuições para esse debate. No campo de estudos das Relações Internacionais, é inegável que uma contribuição pioneira à compreensão da ação política transnacional foi oferecida por Robert Keohane e Joseph Nye em *Transnational Relations e World Politics* (1971). Em oposição às hipóteses realistas centrais, os autores lançaram um olhar às conexões de solidariedade que interligam atores não-estatais além das fronteiras (1971).

É importante destacar que o foco das contribuições dos “institucionalistas” foram as relações econômicas transnacionais e o papel das instituições no cenário internacional, mas o debate foi um convite para que os estudos sobre movimentos sociais se voltassem para a dimensão internacional, segundo Johanna Simèant (SIMÈANT, 2020, p.554). Assim, emergiu a chamada “sociologia dos movimentos transnacionais” que conta com autores como Sidney Tarrow, Donatella Della Porta, Johanna Simèant, Mar-

garet Keck, Kathryn Sikkink Olivier Fillieule, Isabelle Sommier, entre outros (TARROW, 2001; TARROW, 2005; DELLA PORTA, 2015; SIMÈANT, 2014; KECK; SIKKINK, 1998; SOMMIER; FILLIEULE, 2013; AL-CANTARA, BRINGEL, 2020). Tal abordagem mobiliza contribuições sobre transnacionalismo para compreender o ativismo transnacional, mas acrescenta outras dimensões à análise ao assumir o papel dos valores, das ideias e das identidades na política transnacional. Basicamente, assume que as instituições importam no cenário internacional e que as restrições e oportunidades por elas abertas ou fechadas, afetam as dinâmicas do ativismo transnacional, mas as identidades também (TARROW, 2005, p. 20).

O encontro entre estudos dos movimentos sociais e as Relações Internacionais na chamada “sociologia dos movimentos transnacionais” emergiu ou se fortaleceu com a explosão dos estudos antiglobalização (SOMMIER; FILLIEULE, 2013). Todavia, isso não necessariamente significou um diálogo com o marxismo. Porém, em estudos recentes, autores como Della Porta passaram destacar a convergência dos protestos em torno da crítica ao capitalismo e às instituições econômicas globais e mesmo à globalização econômica (DELLA PORTA, 2015). Como já colocado, tal dimensão do confronto foi negligenciada pelas abordagens teóricas sobre ativismo. Como resposta, estudos recentes abriram um novo diálogo com o marxismo.

3 ATIVISMO TRANSNACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE E CAPITALISMO

A crise financeira internacional atual teve início em 2008 e incentivou ciclos de mobilizações em todo globo em resposta às medidas

de austeridade adotadas pelos governos (CAMPOS LIMA; ARTILLES, 2014, p.138). Diversos estudos indicam o aumento de protestos em muitos países no período. De acordo com a base de dados do Inquérito Social Europeu (European Social Survey, ESS) de 2010, destacam a ampliação do número de protestos a partir de 2010 (CAMPOS LIMA; ARTILLES, 2014; ORTIZ et al., 2013). Segundo Della Porta, os modelos democráticos e as instituições multies-tatais em funcionamento são questionados nesse novo ciclo de protestos em virtude da ausência de respostas para as contradições do sistema capitalista (DELLA PORTA, 2012).

Diante dessa dinâmica, Donatela propõe que a compreensão do impacto do capitalismo nos movimentos seja retomada. Para a autora, a atenção deve recair também sobre as estruturas, sem que isso signifique o abandono da análise da mobilização de outros recursos políticos resultante das contribuições dos estudos sobre movimentos sociais (DELLA PORTA, 2015, p.07). Nesse sentido, o diálogo com o marxismo pode trazer diferentes contribuições para a análise da política transnacional conflituosa.

É certo que antes de propor uma teoria analítica voltada para a compreensão a relação da luta de classes com a estrutura política, o marxismo assumiu uma postura normativa que previa a unificação da classe operária em distintos países, tal como previsto no *Manifesto do Partido Comunista* de 1948. Todavia, o foco nos processos revolucionários, impediu que o marxismo clássico oferecesse contribuições para o estudo de outras formas de ação coletiva e conexões que ultrapassam fronteiras.

O chamado de Marx e Engels aos “trabalhadores do mundo” (MARX; ENGELS, 2010), embora evidencie já nas abordagens clássicas do marxismo uma articulação das

lutas revolucionárias contra a dominação e a exploração do capitalismo sobre os proletários numa perspectiva que poderíamos considerar transnacional, só atingiu contornos mais práticos e melhor definidos a partir das análises de Lênin e o chamado internacionalismo proletário (LÊNIN, 1986).

Essa abordagem busca materializar uma determinada concepção de revolução que não se limita aos confrontos entre atores políticos e o Estado nacional. De outra forma, busca demonstrar as oportunidades de engajamento político entre atores de diferentes países, observando esse processo como um difusor de confronto não só com as forças burguesas nacionais, mas sobretudo com o imperialismo – a face monopolista do capitalismo cujos desdobramentos, segundo esta análise, podem ser percebidos nos mais distintos conflitos sociais até o momento. Suas contribuições ao marxismo referenciam o papel que cumpre a mobilização de diversas forças políticas e a adoção de distintos processos de luta na constituição das ferramentas organizativas indispensáveis para um projeto revolucionário.

Diferente de Marx e Engels, que produziram suas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo e as conseqüentes exploração e subordinação dos proletários à burguesia no contexto de alta industrialização da Europa, a abordagem de Lênin sobre a determinação da luta de classes para a emergência do capitalismo origina-se de uma perspectiva mais “periférica”, na medida em que as forças produtivas hegemônicas do contexto russo não se equiparavam ao desenvolvimento industrial do capitalismo em países como a França e o Reino Unido quando dos seus escritos.

É do reconhecimento de que as forças organizativas das sociedades capitalistas assu-

mem características distintas, mas partem de um mesmo processo de subordinação, exploração e dominação, baseado na relação entre exploradores e explorados, que Lênin defende uma articulação transnacional dos movimentos e partidos operários (LÊNIN, 1975). O autor reconhece que cada ação rebelde e cada revolta que eclode em países periféricos, sucumbidos ao desenvolvimento do imperialismo, demandam solidariedade e articulação entre os comunistas. A autodeterminação dos países em que o capitalismo não possui os mesmos patamares de industrialização europeia e a luta anticolonialista são elementos centrais que pautam o internacionalismo proletário de Lênin como momentos particulares de um todo, qual seja, a revolução e a superação do capitalismo como sistema econômico, cultural e político.

Rosa Luxemburgo (2005) corrobora a essa dimensão transnacional da luta revolucionária, analisando como as greves e seus mais distintos repertórios de ação política são fenômenos contínuos que evidenciam o caráter revolucionário e transnacional de cada revolta e conflito.

As greves políticas e as econômicas, as greves de massas e as parciais, as greves de protesto e as de luta, as greves gerais de determinados ramos da indústria e as greves gerais em determinadas cidades, as pacíficas lutas salariais e os massacres nas ruas, as batalhas nas barricadas: todas se entrecruzam, correm paralelas, se encontram, se interpenetram e se superpõem; é uma variável onda de fenômenos em contínuo movimento. E a lei que determina o movimento desses fenômenos é clara: não se encontra na greve de massas em si mesma nem em suas particularidades, mas, sim, na dimensão política e social da força da revolução (LUXEMBURGO, 2005, p. 282)

Se abordagens consideradas clássicas destacam a estrutura macroeconômica, abordagens mais contemporâneas sobre os movi-

mentos sociais oriundas do próprio marxismo, como as de Vakaloulis, reconhecem a existência de uma interdependência das chamadas lutas operárias e das lutas que se dão no âmbito ideológico e cultural. Embora observe-se que essas mobilizações decorram de conflitos distintos, são ações coletivas que, via de regra, se opõem estruturalmente aos efeitos do sistema vigente (VAKALOULIS, 2005). Essa conexão pode fortalecer a dimensão do internacionalismo proletário, na medida em que os conflitos distintos em âmbito cultural, geográfico e político convergem, sob o julgo do imperialismo, a uma mesma fonte de origem (LÊNIN, 1975).

Tal perspectiva se esforça em estabelecer diálogos mais abertos às perspectivas em que os conflitos sociais também podem ser entendidos para além do universo do trabalho. Diferente das perspectivas que situam o fim da luta de classes, o que abordagens como a de Michel Vakaloulis (2005) demonstram é uma mudança dos atores políticos e dos polos de conflitos, que não se restringem mais exclusivamente ao movimento operário. A articulação dos aspectos econômicos, políticos e ideológicos, das condições materiais e imateriais implicam uma análise dos processos de mobilização social e luta política de movimentos sociais policlassistas, mas, que em última instância, não perdem a relevância sob a clivagem da relação capital e trabalho.

A possibilidade de ampliação do alcance do marxismo para além das fronteiras do operariado da primeira metade do século XX, permitindo combinar em suas análises lutas distintas, como a dos desempregados e a luta contra o racismo, encontra ressonância em abordagens teóricas mais amplas e relacionais, como é o caso da TCP e da sociologia dos movimentos transnacionais – sobretudo sob o ponto de vista contemporâneo de relações de mobilização,

conflito e disputa que se manifestam para além dos limites dos territórios nacionais. Na medida em que os processos de luta nacionais, no contexto globalizado, cada vez mais influenciam e são influenciados por outras experiências estrangeiras, se torna mais fundamental compreender o internacionalismo proletário. Conforme os estudos de Della Porta (2012), as mobilizações que eclodiram na última década, num cenário internacional de acirramento das políticas de austeridade, permitem articular ferramentas teórico-metodológicas para uma análise contínua e processual desses fenômenos.

O caráter de defesa da autodeterminação dos povos e a combinação de uma luta anti-capitalista com os conflitos anticoloniais e anti-imperialistas que se materializam na defesa do internacionalismo proletário como uma ferramenta central do entendimento do papel da revolução para Lênin (1975, 1986, 2008) surge como um interessante caminho de diálogo, na medida em que esta considera os movimentos sociais como “contestações coletivas, baseada em objetivos comuns e solidariedades sociais, numa interação prolongada com elites, oponentes e autoridades” (TARROW, 1994, p. 4), o que permite relacionar conflitos e a forma como diferentes atores políticos se orientam no processo de confronto para além das fronteiras do Estado-nação.

Sendo assim, a sociologia dos movimentos transnacionais, assim como a TCP, se volta para as formas mais diversas assumidas pelos movimentos sociais, procurando compreender como os padrões assumidos pelos protestos são resultado da interação com a chamada estrutura de oportunidades políticas, que também conta com uma dimensão cultural. No caso da TCP, a grande contribuição da teoria marxista para a sua abordagem, é compreender a dinâmica do capi-

talismo enquanto parte do contexto que interfere nos padrões assumidos pelos protestos. Para Luciana Tatagiba e Andrea Galvão, que no Brasil foram pioneiras na construção de uma ponte entre as duas tradições no estudo dos protestos:

Esse diálogo permite problematizar as formas pelas quais os ciclos de crescimento e a crise do capitalismo, em associação com as dinâmicas sociopolíticas nacionais, configuram os cenários do confronto político em distintos e distantes espaços geográficos (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.64).

Portanto, embora a TCP e a sociologia dos movimentos transnacionais se oponham à visão marxista de que a luta de classes define todos os níveis da política, ela também recusa a divisão tradicional do nível nacional e internacional. Por meio da compreensão relacional da política, abriu espaço para diversas formas de ações coletivas além-fronteiras. Tais ações e redes transnacionais, embora pareçam processos isolados ou caóticos, podem dar origem a transformações sociais mais amplas ou mesmo globais. Essa perspectiva aponta caminhos possíveis de uma visão estrutural da ação coletiva e, tal qual o marxismo, possibilita compreender os movimentos de forma não linear, mas a partir dos avanços e retrocessos que encerram as contradições, as restrições e as oportunidades de todo conflito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oposição ao marxismo pelas teorias dos novos movimentos sociais e da mobilização de recursos pode ter contribuído para um tardio desenvolvimento de ferramentas teórico-metodológicas mais consistentes para o desenvolvimento de uma concepção de movimentos sociais mais ampla pelo marxismo. Como já apontamos, as análises marxistas também foram resistentes em dialogar com as transforma-

ções das formas de ação política que eclodiram no mundo ao longo do século XX. Cumpre também a longa influência na área de estudos dos movimentos sociais de perspectivas como a de Tourraine (1985), para quem a compreensão da ação prevalece sobre a estrutura.

No entanto, é possível perceber que nesta abordagem clássica do marxismo há um destacado interesse na análise de ações coletivas além-fronteiras. Além disso, oferece uma visão mais ampla sobre o sistema de Estados ao relacionar as guerras às lutas sociais (BUGIATO, 2018, p.203). Marx, Engels e Lênin, sobretudo este último, debruçaram-se a estabelecer como a superação dos conflitos provocados pelas lutas de classes, no contexto do capitalismo, dependiam de um caráter internacionalista da revolução (MARX; ENGELS, 2010; LÊNIN, 1975, 1986, 2008). Dessa forma, o ataque ao marxismo pode ter implicado um atraso no desenvolvimento do debate sobre a dimensão transnacional dos movimentos sociais. Portanto, o esforço analítico de trazer ao debate as ações coletivas que não exclusivas a atores estatais demonstra ser um dos principais encontros com o marxismo no estudo do ativismo transnacional. A TCP, ao ampliar o conceito sobre estrutura de oportunidades, retomou o debate sobre a estrutura proposto inicialmente pelo marxismo e abriu caminhos para as análises da sociologia dos movimentos transnacionais interessadas na compreensão do impacto do capitalismo nos protestos.

Com efeito, o diálogo com a análise marxista já demonstra ser profícuo na agenda de pesquisa internacional sobre ativismo transnacional. As abordagens que buscam “trazer o capitalismo de volta” aos estudos dos movimentos sociais, ao combinarem a mobilização de conceitos como identidade,

enquadramento interpretativo, repertórios - entre outros - com a análise estrutural proposta pelos estudos marxistas, focados na dinâmica global do capitalismo, abrem um novo olhar sobre os protestos (TATAGIBA; GALVÃO, 2019; DELLA PORTA, 2012; DELLA PORTA, 2015; BARKER, 2013). Os estudos em questão propuseram ampliar o debate para além da dimensão econômica do conflito, lançando mão de outras dimensões, como o papel das identidades a relação dos atores não-estatais com as instituições, por exemplo. Assim sendo, preocupam-se menos em prescrever a revolução e concentram-se na compreensão dos múltiplos processos e relações que podem originá-la.

Os protestos globais em oposição ao capitalismo abriram caminho para a construção de novas pontes teóricas no estudo do ativismo transnacional. Tal diálogo permite não apenas compreender as conexões estruturais que incentivam as diversas formas assumidas pelo ativismo transnacional, mas inclusive a dimensão transnacional mantida mesmo pelos protestos e movimentos considerados “nacionais”. O ativismo transnacional configura uma nova agenda de pesquisa sobre movimentos sociais a ser explorada (BRINGEL, 2011). Cabe destacar que tal agenda também está aberta para o campo de estudos de Relações Internacionais, sobretudo se houver disposição para compreender como as revoluções emergem.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALCANTARA, L.; BRINGEL, B. Dos Zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. **Educação e sociedade**, v. 41, p. 1-18, 2020.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

- BRINGEL, B. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 51-73, abr. 2011.
- BARKER, C., et al. (eds.). **Marxism and social movements**. Leiden/Boston: Brill, 2013.
- BRANDÃO, L. C. A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. **BIB**, São Paulo, nº 71, p. 123-143, 2011.
- BUGIATO, C. Marx e Engels: política internacional e luta de classes. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 193-212, 2018.
- CAMPOS LIMA, M. P.; ARTILLES, A. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva a participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p.137-172, mai. 2014.
- DELLA PORTA, D. Cercando la política: protesta e democracia. **La Rivista Il Mulino**, n. 2, p. 314-320, mar./abr. 2012.
- DELLA PORTA, D. **Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge: Polity Press, 2015.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.
- HALLIDAY, F. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power**. London: Macmillan, 1999.
- HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 145-194, 1991.
- HUI, J. We Are Still in the Historical Era Specified by Marxism. **International Critical Thought**, v. 9, n. 3, p. 327-342, ago. 2019.
- NYE, J.; KEOHANE, R. O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971.
- KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: [Cornell University Press](#), 1998.
- LÊNIN, V. I. **L'impérialisme, stade suprême du capitalisme**. Paris-Moscou: Editions Sociales/Editions du Progrès, 1975.
- LÊNIN, V. I. **Sobre el Internacionalismo Proletario**. Ediciones en lenguas extranjeras. Moscou: Editorial Progreso, 1986.
- LÊNIN, V. I. **Que fazer? Problemas cadentes do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partidos e sindicatos. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 241-337.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Para mapear o confronto político*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.
- SIMÈANT, J. Interpreting the Rise of International "Advocacy". **Humanity**. [Volume 5, Number 3, Winter 2014](#).
- SIMÈANT, J. [Transnationalisation/internationalisation](#). In: FILLIEULE, O.; MATHIEU, L.; PÉCHU, C.. (Dir.) **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po, 2^e édition mise à jour et augmentée, 2020, p.593-601.
- SOMMIER, I.; FILLIEULE, O. *The emergence and development of the "no global" movement in France: a genealogical approach*. In: FLESHER FOMINAYA, Cristina; COX, Laurence (Orgs.) **Understanding European Movements**. Routledge, 2013.
- TARROW, S. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In: McADAM, D.; McARTHUR, J. D.; ZALD, M. N. (orgs.). **Movimentos sociais, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estruturas de mobilização y marcos interpretativos culturales**. Madrid: Istmo, 1999, p. 71-99.
- TARROW, S. **Power in movement: Social movements, collective action and politics**. Nova York: Cambridge University Press, 1994.
- TARROW, S. Transnational politics: contention and Institutions in international politics. **Annual Review of Political Science**, v. 4, p. 1-20, 2001.
- TARROW, S. **The New Transnational Activism**. 3ed. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- [TATAGIBA, L.](#); GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, p. 63-96, 2019.
- TILLY, C. **La France conteste: de 1600 à nos jours**. Paris: Fayard 1986.
- TILLY, C. **Coercion, capital and european states**. Oxford: Basil Blackweell, 1990.
- TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du Conflit: De la Grève à la Révolution**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.
- TOURAINÉ, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, Baltimore, v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.
- VAKALOULIS, M. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.